

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS - DCEEX**



**REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA E CRESCIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
UMA ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA**

FÁBIO JÚNIOR CLEMENTE GAMA

TRÊS RIOS

DEZEMBRO, 2011

**REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA E CRESCIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
UMA ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA.**

FÁBIO JÚNIOR CLEMENTE GAMA

Monografia submetida como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Ciências
Econômicas da UFRRJ – Instituto Três Rios.

Orientador: Teófilo Henrique de Paula

TRÊS RIOS – RJ

2011

FÁBIO JÚNIOR CLEMENTE GAMA

**REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO
BRASIL: UMA ABORDAGEM PÓS KEYNESIANA.**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.º Orientador: Teófilo Henrique de Paula

Prof.ª Maria Isabel Busato

Prof.º Roberto Santolin

Três Rios, 15 de Dezembro de 2011

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, posteriormente aos meus pais, aos meus companheiros de turma no curso de Graduação em economia, aos meus professores e a todos que me apoiaram e sempre me incentivaram a seguir buscando meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares: meu pai Luiz Carlos, minha mãe Ana Isabel e meus irmãos Alexandra, Adriano e Fernando, por sempre prestarem incentivos à minha trajetória de aspirações. Posteriormente, agradeço minha eterna amiga Revanier, pois sem ela não haveria possibilidades de iniciar este sonho. Agradeço aos meus confrades de Universidade Federal Rural e de Guarda Municipal, em especial Lucas, Luciano, Juvenal, Hugo, Valquíria, Malcon, Luiz Carlos e Felipe, por me ajudarem a superar vários momentos difíceis na minha vida acadêmica e profissional. Agradeço também a todos os meus professores, com destaque para Alexandre Freitas, Maria Isabel, Eduardo Pinto, Teófilo Henrique, José Paulo Guedes e Roberto Santolin, por terem me passado não só sabedoria científica, mas também sabedoria de como viver em uma sociedade organizada e culta.

"O êxito é fácil de obter.

O difícil é merecê-lo".

(Albert Camus)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da reestruturação bancária ocorrida a partir de meados da década de 1990 sobre a concentração do crédito e sobre o crescimento das macrorregiões brasileiras, até o ano de 2006. Destarte, usa-se como base a evolução de variáveis financeiras, disponibilizadas ao longo dos últimos anos, procurando identificar variações que compatibilize com as mudanças ocorridas no Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) no período abordado. Para chegar aos resultados, utiliza-se como referência a teoria pós-keynesiana de economia regional. Ao longo do período estudado, o trabalho identificou um aumento no grau de concentração do crédito na região Sudeste. O acontecimento foi observado através da evolução de variáveis como: operações de crédito/depósitos à vista, vazamentos de depósitos, participação das regiões na concessão de crédito, relação entre população e o número de agências, nas quais se pode medir o grau de concentração do crédito nas determinadas regiões. De encontro às observações encontradas sobre as variáveis financeiras, as variáveis utilizadas para medir o desempenho econômico – PIB per capita regional, emprego formal, emprego formal na indústria -, mostraram uma tendência à convergência no crescimento entre as regiões nos resultados obtidos do período.

Palavras-chave: Crescimento regional, pós-keynesianos, crédito, moeda e incerteza.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Quadro 1.1. Caracterização Centro-Periferia.....	26
Tabela 2.1. Quantitativo de bancos pela estrutura de capital.....	37
Tabela 2.2. Participação percentual dos bancos pela estrutura de capital.....	38
Tabela 3.1. Evolução do número de agências bancárias por região e da participação (%) das regiões no número total de agências bancárias 1990-2006.....	42
Gráfico 3.1: População/Agências.....	43
Tabela 3.2: Participação das regiões no crédito total concedido, Brasil: 1994-2006.....	44
Tabela 3.3: Operações de crédito/depósitos à vista, regiões, 1988-2003.....	45
Tabela 3.4: Preferência pela liquidez dos bancos (PLB) nas regiões brasileiras.....	46
Tabela 3.5: Índices de vazamento de depósito 1994-2010.....	47
Tabela 3.6: PIB per capita regional.....	48
Tabela 3.7: Variação do emprego formal 199-2005.....	49
Tabela 3.8: Evolução do emprego formal 1995-2004.....	49
Tabela 3.9: Crescimento e variação da população nas macrorregiões brasileiras entre 1996 e 2007.....	50
Tabela 3.10: Variação do emprego formal na indústria 1995-2005.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O PAPEL DA MOEDA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	12
1.1 Fundamentos da teoria keynesiana: incerteza e não-neutralidade da moeda	12
1.2 Oferta de moeda: teoria tradicional x hipótese da endogeneidade	16
1.2.1 Determinação da taxa de juros endogenamente e base monetária exogenamente ..	17
1.2.2 Determinação da taxa de juros exogenamente e base monetária endogenamente ..	19
1.3 Bancos sob a ótica pós-keynesiana.....	22
1.4 Desenvolvimento regional na perspectiva pós-keynesiana	26
2 EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL: ASPECTOS REGIONAIS....	32
2.1 Sistema financeiro brasileiro de 1889 a 1989.....	32
2.2 O sistema financeiro brasileiro pós-1989: uma nova dinâmica.....	34
3 EXAME DAS VARIÁVEIS FINANCEIRAS E DAS VARIÁVEIS QUE CONDICIONAM O DESEMPENHO ECONÔMICO DAS REGIÕES	39
3.1 Metodologia.....	39
3.2 Análise dos resultados	41
4 CONCLUSÕES.....	51
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

Desde as pressuposições fisiocratas, a moeda é alvo de estudo e de debate em relação a seus efeitos sobre o produto. Mas é após o avanço da teoria clássica que esse debate ganha substancial importância na teoria econômica, pois, para esses teóricos, a moeda não influencia o produto nem mesmo no curto prazo, fazendo com que este seja determinado por fatores reais da economia - mercado de trabalho e tecnologia (Froyen, 2002). Ao longo da década de 1930, Keynes introduz um novo conceito sobre a utilidade da moeda, pois para o autor não há como menosprezar os fatores reais da economia, mas que devido a desarmonias expectativas, a moeda tem o poder de desviar o produto de sua trajetória natural. Fundamentado nesta hipótese, argumenta-se que o investimento é uma função direta destas expectativas e da taxa de juros, assim, quanto maior for a incerteza dos agentes em relação ao ambiente econômico, maior será a incerteza em relação ao futuro, por conseguinte, maior será a sensibilidade dos investimentos (Keynes, 1982).

A partir desses conceitos e sob a ótica pós-keynesiana, argumenta-se que a oferta de crédito pode variar entre as regiões em função de diferentes níveis de incerteza quanto às economias regionais. Existiria então uma tendência ao aumento das disparidades regionais já que a incerteza é menor em regiões centrais e vice-versa. Com base no referencial da teoria pós-keynesiana, o presente trabalho procura averiguar os efeitos sobre a concentração do crédito e sobre o crescimento regional a partir da reestruturação bancária iniciada na década de 1990 – mais precisamente a partir de 1994 – dando ênfase ao pós-PROER (Programa de Reestruturação Bancária) até o ano de 2006. No intuito de responder questões ligadas a eventos neste período, estabeleceremos uma analogia entre a evolução locacional dos bancos comerciais a partir de 1994, de modo a determinar o grau de concentração da oferta de crédito entre as diferentes regiões, com base em dados apresentados em trabalhos publicados. Dessa forma, analisamos a evolução dos eventos financeiros – operações de crédito, depósitos à vista, concentração das instituições financeiras, participação das regiões no crédito total concedido, vazamentos de depósitos, crescimento populacional e evolução do número de instituições – praticados até o ano de 2006. Seguindo a mesma metodologia, apresenta-se um esboço da evolução de variáveis relevantes - nível de emprego formal, nível de emprego formal na indústria e PIB per capita regional -, tal que estas servirão de pré-condição para determinar o desempenho econômico de cada região no período.

Aparelhado nestas referências, o trabalho busca contribuir no entendimento histórico de um dos períodos de maior relevância da economia do país, e no entendimento econômico de como a incerteza pode afetar as decisões dos bancos comerciais em ofertar crédito, tal que este incide diretamente no produto através dos investimentos, e tem reflexos diretos na taxa de crescimento das regiões.

Além desta breve introdução, o trabalho contém mais três capítulos. O primeiro capítulo expõe o referencial teórico fundamentado na teoria pós-keynesiana. O segundo apresenta a evolução do Sistema Financeiro Brasileiro, com total ênfase na evolução do Sistema Bancário ao longo dos últimos anos. O terceiro capítulo contém a análise empírica, ou seja, o modelo e as variáveis necessárias para explicar a concentração bancária, a evolução do crédito e o desempenho econômico das regiões. No desfecho do capítulo expõe a análise dos dados obtidos. Ao final, conclui-se fazendo uma breve análise do trabalho como um todo.

1 O PAPEL DA MOEDA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo deste capítulo é destacar os fundamentos teóricos usados para explicar a evolução dos eventos econômicos ao longo do período abordado. Inicialmente abordará os fundamentos de incerteza e não neutralidade da moeda, procurando destacar a relação entre incerteza e variações no produto, mais precisamente variações ligadas às intervenções na política monetária. No instante seguinte, serão apresentadas algumas contribuições teóricas vinculadas ao mercado monetário, sendo que estas serão essenciais para entender o trabalho no seu decorrer. No prosseguir, abordamos os mecanismos que os bancos utilizam para discriminar seus riscos e assim interferir na oferta de crédito da economia. Por fim, desenvolve-se a abordagem pós-keynesiana sob a perspectiva regional, onde a partir desta, busca-se obter explicações para entender as diferenças nas decisões dos agentes para a uma economia Central e para uma economia Periférica.

1.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA KEYNESIANA: INCERTEZA E NÃO-NEUTRALIDADE DA MOEDA

Desde os trabalhos da teoria clássica no século XVIII, uma das principais fontes de estudo da ciência econômica está na investigação das flutuações no produto, onde estas têm representação direta sobre o emprego. Como os teóricos da concepção da oferta¹ conjecturam que o produto está sempre em equilíbrio, e que tanto as firmas como os trabalhadores têm informações perfeitas – preços e salários flexíveis – e se atentam ao salário real – para estes, o setor privado da economia é pouco variante e se ajusta automaticamente a quaisquer variações na economia, ou seja, a oferta que determina o produto –, deste modo defendem que não há

¹ Os Clássicos, Neoclássicos e teóricos da concepção dos Ciclos Reais conjecturam informações perfeitas dos agentes, de maneira que variações no produto são explicadas pelo mercado de trabalho ou mudanças tecnológicas. Outros teóricos da concepção da oferta, apesar de discorrerem a que o mercado de trabalho e a inovação tecnológica são principais determinantes do produto, argumentam que os agentes não têm informações perfeitas e que variações discricionárias (Novos clássicos e Monetaristas), ou mesmo crível (Monetaristas) no componente monetário, podem alterar o produto por um espaço de tempo - Novos Clássicos (expectativas racionais) e monetaristas (expectativas adaptativas).

desemprego involuntário, havendo apenas desemprego friccional e voluntário. Por conseguinte, os clássicos pressupõem que distúrbios no ambiente econômico são reflexos de intervenções do Estado, onde este desorganiza o mercado de trabalho num curto período de tempo – alteravam o salário real –, gerando flutuações cíclicas constantes no emprego. Mas, como os agentes têm informações perfeitas, logo a economia se ajusta, restando apenas os efeitos negativos – inflação – para o ambiente econômico². Este ponto de vista pressupõe que o componente monetário não tem qualquer poder em determinar o produto, e que variações na oferta de moeda apenas alteram o nível de preços (Froyen, 2002).

A partir do meado da década de 1930, há uma revolução na teoria econômica, pois, John Maynard Keynes com o livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* introduz um novo conceito para observar os eventos econômicos. Neste trabalho o autor articula que os agentes não têm informações perfeitas, vivem em grande contexto de incertezas, baseiam-se em informações passadas e o principal determinante do produto é a demanda agregada. Deste modo, Keynes expõe que a moeda tem o poder de alterar o produto e o nível de emprego no curto prazo e no longo prazo. Partindo desta concepção, o autor enuncia que flutuações em algum componente autônomo da demanda agregada podem ser estabilizadas através da política monetária (Keynes, 1982).

A partir deste primeiro passo, Keynes em seu articulado trabalho passa a procurar explicações na demanda agregada para esclarecer variações profundas no produto. Através de estudos empíricos, o autor encontra a seguinte situação: o consumo na média é constante, ou seja, os agentes pouco mudam seus hábitos de consumo, exceto em situações extraordinárias – como períodos de guerra. Os investimentos são mais instáveis, pois não dependem apenas do contexto em que a economia se encontra, e sim de toda uma conjuntura de expectativas – incertezas - relacionadas ao desempenho da economia no futuro (Dillard, 1986). Com base neste pensamento, Keynes em seu trabalho definiu as políticas fiscal e monetária como sendo fortes instrumentos para minimizar a instabilidade dos investimentos.³

² Obs.: Para os teóricos da concepção clássica, o Estado tem o poder de alterar permanentemente o nível de emprego apenas através da política fiscal, pois, para estes uma política fiscal onde alterasse o salário real permanentemente mudaria permanentemente o nível de emprego – somente variações no imposto de renda.

³ Como os investimentos privados são muito instáveis, Keynes argumenta que variações nos gastos do Governo (política fiscal), ou variações no componente monetário (política monetária), podem minimizar a instabilidade dos investimentos e garantir a estabilidade da renda e do emprego. Pois um aumento nos gastos do governo ou uma redução dos impostos, com tudo mais constante, eleva a renda disponível dos agentes. Como os agentes têm uma quantidade fixa de moeda que desejam manter como precaução, transferem a elevação na renda para a demanda em bens e serviços, ou seja, há uma elevação do componente consumo da demanda agregada. A elevação do consumo induz os produtores a inverterem maiores quantidades de recursos para o investimento. No limite, eleva o nível de contratações, refletindo positivamente no emprego e no produto. Uma elevação na oferta

Ao propor esta teoria, Keynes tem como principal ponto de apoio problemas expectacionais, os quais interferem nas decisões dos agentes em investir e causam distúrbios no contexto econômico (Dillard, 1986). Fundamentado pela teoria expectacional o autor deriva as possibilidades de investimento da economia, chegando às seguintes conclusões: primeiro o empresário espera obter algum lucro de determinado investimento; segundo este empresário se depara com dois ambientes expectacionais, as expectativas de curto prazo e as expectativas de longo prazo. Este fato no limite leva a não ter uma simetria entre os investimentos correntes e os investimentos futuros. Para corroborar suas ideias, o autor busca definir e explicar as expectativas de curto e longo prazo.

As expectativas de curto prazo são mais estáveis, pois os resultados obtidos em um passado recente são guias relativamente seguros para o que há de suceder no futuro próximo (Dillard, 1986). Os resultados obtidos de atividades passadas são sempre importantes para definir os caminhos a se seguir em um futuro próximo, ou seja, as expectativas de curto prazo são sempre importantes para definir o produto e o emprego corrente. O autor argumenta que tanto na produção como no ambiente econômico há um alto grau de continuidade em períodos curtos, portanto é de se esperar que acontecimentos passados tendam a se repetirem em pequeno espaço de tempo. Destarte como os agentes se apoiam em expectativas passadas, estas estão sujeitas a confrontação com os resultados obtidos. Como os resultados são guias relativamente seguros, dado o baixo espaço de tempo entre os resultados obtidos e o período esperado, é relativamente seguro substituir as expectativas pelos resultados obtidos no passado. Keynes finaliza afirmando que com tudo mais constante, os investimentos são relativamente estáveis no curto prazo (Dillard, 1986).

Deste modo, nota-se que Keynes não conseguiu explicar a volatilidade dos investimentos através das expectativas de curto prazo, assim o autor atentou para a expectativa de longo prazo e priorizou fundamentos para sua definição. A partir de estudos empíricos, Keynes argumenta que as expectativas de longo prazo são instáveis e procura esclarecer suas conjeturas (Dillard, 1986). O autor começa fazendo o seguinte esclarecimento: dado o espaço de tempo entre o resultado obtido e o resultado esperado, os resultados obtidos passam a não ser um guia seguro para substituir as expectativas. Keynes argumenta que os agentes sabem que em espaços de tempo muito longos, fatores exógenos – guerras, catástrofes

de moeda ou redução da taxa de juros, com tudo mais constante, tem o mesmo resultado final observado por uma redução dos impostos ou aumento dos gastos do Governo.

meteorológicas, entrada e saída de firmas, mudança de qualidade de produtos concorrentes etc. –, podem alterar o nível de consumo da economia.

A partir da definição de incerteza, Keynes introduz na relação a taxa de juros. O autor argumenta que a taxa de juros não é um rendimento de poupança, mas sim um prêmio da renúncia à liquidez por um período determinado, ou seja, ela é o prêmio da desistência de certo nível de consumo num dado período de tempo. Dadas as propriedades da oferta de moeda e da demanda por moeda que equilibra o mercado de ativo, nota-se que há uma relação inversa entre taxa de juros e demanda por moeda. Assim, quanto maior for a taxa de juros, menor será a disposição dos agentes em manter moeda na forma mais líquida, pois com a taxa de juros elevada, eles terão um incentivo em investir moeda em ativos menos líquidos e mais rentáveis, ou seja, a recompensa da renúncia do consumo imediato está elevada. Em contraponto, quanto menor for a taxa de juros, os agentes terão um incentivo a demandar moeda, pois neste sentido, como a taxa de juros é o “preço” que se paga em reter moeda, e está em um nível baixo, não está relativamente caro renunciar o consumo futuro para consumir no presente. Não obstante, o aumento da taxa de juros reduz a produtividade marginal do trabalho, pois, uma elevação nesta variável eleva os gastos com manutenção do capital, o que no limite, pode reduzir as inversões em investimentos. Tudo mais constante, esse fato reflete em aumento dos preços ou queda no nível de produção.⁴

Juntamente com estes conceitos criados na Teoria Geral, Keynes desenvolveu fundamentos para explicar as necessidades pelas quais os agentes demandam moeda, assim o autor chegou a três motivos. O primeiro é o motivo por transação, onde os agentes demandam moeda para sanar suas trocas correntes com bens e serviços. O segundo motivo é o motivo por precaução, neste caso Keynes argumenta que os agentes guardam certa quantia de moeda na forma mais líquida para sanar possíveis gastos imprevistos no futuro. O terceiro motivo apontado por Keynes é o motivo por especulação. O autor argumenta que os agentes demandam moeda pelo motivo de especulação, com vista em possibilidades de obter ganhos no futuro (Keynes, 1982).

⁴ Certo número de ofertantes e de demandantes estão em situação de equilíbrio a uma dada taxa de juros. Quando há uma variação positiva nesta variável e, conseqüentemente, uma elevação nos custos dos ofertantes, estes não conseguem arcar com os novos custos da produção, deste modo, elevam o preço de seus produtos. Como os salários dos agentes continuam fixos, há uma queda no consumo destes. Ao verificar uma queda de demanda por seus produtos, os produtores reduzem os investimentos, o que no limite, reduz a produção total.

Após fundamentar as expectativas e a demanda por moeda, Keynes buscou respostas para explicar flutuações na demanda agregada⁵. Ao relacionar expectativas e demanda por moeda, o autor notou algumas relações. A primeira é que tanto a demanda por precaução, quanto a demanda por especulação depende das expectativas dos agentes em relação ao futuro. A Segunda é, dada a variação das expectativas dos agentes, estas têm influência direta sobre o Produto Agregado. Keynes chega a estas conclusões a partir da seguinte relação: quando os agentes se deparam com um ambiente econômico muito incerto, eles recorrem à moeda na sua forma mais líquida⁶, seja para sanar possíveis gastos futuros – motivo de precaução –, ou para obter algum ganho futuro com uma possível melhora no cenário econômico – motivo de especulação. “Quanto mais elevada a incerteza quanto ao desempenho da economia no futuro, menor a expectativa dos agentes quanto à realização dos lucros, sendo menor sua motivação para investir, preferindo reter ativos mais líquidos como forma de se precaver” (Romero, 2008, p.4). Destarte, Keynes argumenta que cada agente tem uma quantidade fixa – excluindo o processo da armadilha da liquidez⁷ – de moeda que deseja manter na forma mais líquida em um dado período de expectativas – motivos de precaução e especulação –, logo, variações na quantidade ofertada de moeda serão remetidas pelos agentes à demanda por transação. A partir destas definições, o autor alega que a política monetária tem o poder de desviar o produto de sua trajetória natural no curto prazo, e que intervenções do Estado neste âmbito servem para estabilizar o produto em período de recessão econômica (Keynes, 1982).

1.2 OFERTA DE MOEDA: TEORIA TRADICIONAL X HIPÓTESE DA ENDOGENEIDADE

⁵ A demanda agregada definida por Keynes é a soma do consumo autônomo (C), mais o consumo marginal (c) – em que este depende da renda do indivíduo (y) –, mais os investimentos (I) – em que estes dependem da taxa de juros (r) –, mais os gastos do governo (G) – e é considerada uma variável autônoma [$Y=C + c(y) + I(r) + G$] (froyen, 2002).

⁶ Exceto em períodos de elevados níveis inflacionários, onde a moeda perde seu valor ao longo do tempo. Assim os agentes recorrem a ativos que não apenas são relativamente seguros, mas também que possivelmente mantenham seus valores ao longo do tempo, um exemplo são os títulos do governo. Pois estes são seguros por serem emitidos pelas entidades que detêm da manutenção da oferta de moeda, e também por renderem juros e garantirem seu valor ao longo do tempo.

⁷ Processo indicado por Keynes em que consiste na seguinte situação: o aumento da oferta de dinheiro não tem por consequência uma queda da taxa de juros, mas simplesmente provoca um incremento nos saldos monetários ociosos, ou seja, mesmo que haja uma queda vertiginosa na taxa de juros devido à elevação dos meios de pagamentos, os agentes preferem manter seus ativos na forma mais líquida possível.

Após apresentar uma sucinta abordagem sobre o processo de incerteza na perspectiva keynesiana, o trabalho continua o avanço em detalhar a teoria keynesiana. Partindo dos conceitos de incerteza, caberá uma sucinta discussão sobre a determinação da oferta de moeda e da demanda por moeda, portanto, expondo como se determina a taxa de juros de equilíbrio em uma economia keynesiana.

Para entender os fundamentos keynesianos sobre o mercado monetário, serão necessárias algumas constatações de como é determinada a oferta de moeda em uma economia verticalista, de modo a adquirir fundamentos teóricos e derivar a oferta monetária horizontalista. A subseção está dividida em dois itens. O primeiro item contém a versão exógena da moeda, neste é apresentada a relação entre oferta de moeda *versus* demanda por moeda. Dada a igualdade entre essas variáveis, determina-se a taxa de juros de equilíbrio - formação da taxa de juros endógena de equilíbrio - em uma visão verticalista da moeda. O segundo item apresenta a versão endógena da moeda. Essa versão foi construída a partir das dificuldades em mensurar a demanda por moeda. Assim sendo, estudiosos heterodoxos apresentaram um modelo de administração da oferta de moeda, onde a taxa de juros é fixada exogenamente e a autoridade monetária apenas fornece meios para que esta se mantenha no equilíbrio.

1.2.1 Determinação da taxa de juros endogenamente e base monetária exogenamente

Para entendermos os conceitos de demanda por moeda, oferta de moeda e suas relações funcionais, primeiramente, deveremos entender os conceitos de meios de pagamento, base monetária, reservas e papel moeda em poder do público. Tendo como objetivo esclarecer esses conceitos, tem-se que: $M_1 = DV + PMPP$ - meios de pagamento é igual a depósitos à vista mais papel moeda em poder do público - e $B = RB + PMPP$ [base monetária é igual reservas bancárias (compulsórias e voluntárias) mais papel moeda em poder do público]. Para simplificar tomaremos $PMPP = 0$, assim $M_1 = DV$ e $B = RB$. A ideia de base monetária exógena verifica-se quando a autoridade monetária estipula a quantidade de reservas dos bancos, ou os próprios bancos estipulam a quantidade de reservas em relação aos depósitos à vista que desejam manter como precaução. Assim sendo, toma-se esse coeficiente de reserva como f e

que $f < 1$, (positivo) caso exista uma parcela de M1 como DV e outra parte como PMPP. Como f é quase sempre dado exogenamente a partir das decisões da autoridade monetária, e supondo que os bancos emprestam tudo que podem além das suas reservas prefixadas, tem-se que $RB = f \cdot DV$. Mas com a direção causal é que as reservas determinam os empréstimos e estes determinam os depósitos, logo $DV = 1/f \cdot RB$ - onde $1/f$ é chamado de multiplicador monetário e é a razão entre os meios de pagamento e a base monetária -, imediatamente $M_1/B = 1/f$ (Serrano, 2002).

Desta maneira, argumenta-se que os meios de pagamento são sempre maiores que a base monetária – supondo que sempre exista uma parcela dos meios de pagamento como depósitos à vista –, e que os bancos criam moeda porque as reservas são apenas uma fração dos depósitos. Logo, define-se a igualdade entre oferta e demanda por moeda e determina-se a taxa de juros endogenamente.

A oferta de moeda, M^s é definida pela soma do papel-moeda em poder do público - PMPP - mais o total dos depósitos à vista junto aos bancos comerciais - DV -, esta relação corresponde aos meios de pagamento, ou seja, M1, assim: $M^s = PMPP + DV = M1^{(1)}$. As relações funcionais da oferta de moeda mostram o comportamento do público bancário e não bancário com relação às transações e aos meios de pagamento utilizados, tal que estas são: $b = DV/PMPP$; $DV/M1^{(2)}$, onde b mede a quantidade de depósitos à vista ou papel-moeda em poder do público usado para saudar as transações (equação dois), assim define-se a primeira relação. A segunda relação funcional (expressa pela equação três) mede as decisões do setor bancário em função do volume de reservas a ser mantido sobre os depósitos à vista. Tal condição depende das obrigatoriedades exigidas pelas autoridades monetárias via depósito compulsório, das reservas técnicas e do fluxo de operações diárias dos bancos. Essa relação expressa a proporção p das reservas totais requeridas sobre o montante dos depósitos, isto é: $p = R/DV^{(3)}$.

A oferta de moeda depende do volume de moeda emitido, ou seja, depende da Base Monetária (BM). A Base Monetária depende de cinco condicionantes: (a) operações do Tesouro Nacional: referem-se ao movimento da conta corrente do Tesouro Nacional junto ao Banco Central. Os créditos são oriundos da receita tributária da União, e os débitos são referentes aos dispêndios fiscais do governo federal em manutenção e em investimentos; (b) operações com títulos públicos federais, relativas à administração da dívida pública com a necessidade de financiamento dos déficits do governo; (c) operações do setor externo no que diz respeito à compra e venda de divisas; (d) operações de redesconto com objetivo de liquidar os bancos;

(e) depósitos das instituições financeiras – compulsórios ou voluntários. A ligação entre a base monetária e a oferta de moeda dá-se por intermédio do multiplicador dos meios de pagamento. Esse multiplicador mede o grau de variação na liquidez devido a uma mudança na base monetária, e é determinado pelas relações comportamentais (2) e (3). Quanto maior for a equação b , maior será o multiplicador e quanto maior for p menor será o multiplicador. Como este multiplicador pode ser menor ou igual a 1, tem-se que $f=1/1-b(1-p)$. Assim, a oferta de moeda é esboçada pela equação (4), em que a proporção p tem influência negativa, e p e BM tem influência positiva sobre os estoques de saldos monetários ofertados. $M^s = M^s(b, p, BM) + h$ ⁽⁴⁾, onde h é a variável aleatória com ruído branco, ou seja, não correlacionada, media zero e variância constante (Triches, D. & Polhmann, É. L., 2008).

De acordo com TRICHES e POLHMANN (2008, p. 26):

A moeda, por sua vez, é demandada pelos agentes econômicos porque ela desempenha três funções básicas, ou seja, meio de troca, unidade de medida e reserva de valor. Assim, a demanda por moeda, M_t^d , depende dos gastos em bens e serviços, que podem ser representados no nível de renda (Y) e da taxa de juros (i), a qual expressa o custo-oportunidade. Isso significa que, para manter moeda, os indivíduos deixam de ganhar os rendimentos sobre as aplicações no mercado financeiro. A relação funcional da demanda por moeda é definida pela equação (5) $M_t^d/P_t = KY_t - hi_t + E_t$ onde E é a variável aleatória com ruído branco, portanto, serialmente não-correlacionada, também com média igual a zero e variância constante. k e h são parâmetros, e P_t o nível de preços.

Deste modo quando há igualdade entre demanda e oferta de moeda, determina-se a taxa de juros de equilíbrio no mercado, pois, neste contexto toda moeda ofertada a uma determinada taxa de juros está sendo demandada, e toda demanda por moeda está sendo satisfeita. Portanto, quando o governo varia a quantidade de moeda ofertada, ele altera a relação entre oferta e demanda por moeda, fazendo com que o mercado determine endogenamente uma nova taxa de juros de equilíbrio.

1.2.2 Determinação da taxa de juros exogenamente e base monetária endogenamente

Essa visão verticalista foi construída no âmbito do trabalho, para que assim possa adquirir fundamentos teóricos e articular a teoria pós-keynesiana da moeda endógena, onde esta será mais particular em explicar e fundamentar o trabalho. Destarte, a preferência pela liquidez dos bancos não terá um papel protagonista na determinação da taxa de juros nesta nova teoria,

mas explicará a recomposição da base monetária e das reservas bancárias quando houver variações exógenas na oferta de moeda a uma dada disposição de emprestar dos bancos.

Dando contorno à teoria horizontalista, argumenta-se que a curva de moeda é totalmente horizontal e infinitamente elástica a variações na taxa de juros, ou seja, nesta visão parte-se do contrário para explicar o equilíbrio no mercado de ativos, onde a taxa de juros é considerada exógena e suas variações determinam a oferta de moeda endogenamente (Serrano, 2002).

Estudiosos heterodoxos notaram que devido à globalização financeira, avanços tecnológicos, criaram vários ativos capazes de substituir a moeda, onde a demanda por este ativo passou a apresentar um caráter muito instável, tornando extremamente difícil regular o mercado através de uma oferta de moeda exógena. Sendo assim, os governos passaram a fixar as taxas de juros e simplesmente fazem a manutenção para que estas mantenham-se no nível predeterminado, ou seja, atende apenas a demanda por liquidez para que esse dado nível de taxa de juros se mantenha. Destarte, argumenta-se que neste modelo a moeda é dada endogenamente, isto ocasionado pela sua alta instabilidade de demanda. Assim, os teóricos defensores da moeda endógena argumentam que em um modelo verticalista, verificaria grandes flutuações na taxa de juros e trazendo como consequência séria instabilidade financeira (Serrano, 2002). Essa visão de moeda endógena é apresentada simplesmente pelas características estruturais das economias capitalistas, onde os bancos não são obrigados a emprestar todos os seus recursos, pois nada os garante que todos que pegam empréstimos têm extrema condição de honrá-los. Por conseguinte, fixam uma taxa de juros (*spread*) acima da taxa dada pelo governo e creditam somente para quem tem reais condições de pagar. Levando em conta essas decisões, os empréstimos ficam restritos a demanda por crédito a essa nova taxa de juros – taxa determinada pelo governo mais *spread* dos bancos -, portanto os bancos fazem com que haja um racionamento de crédito na economia (Serrano, 2002).

Desta forma, o volume de empréstimos determina a quantidade de depósitos e consequentemente os meios de pagamento da economia. Ao inserir o conceito de que os bancos não são obrigados a emprestar tudo que têm, e que constituem certo nível de reservas compulsórias e voluntárias técnicas, constata-se que o nível de meios de pagamento será sempre endógeno, ou seja, determinado simplesmente para atender possíveis demandas por liquidez para fazer frente à manutenção de um determinado nível de taxa de juros (Oreiro, 2003). Neste caso, os bancos determinam o quanto vão precisar de reservas para atender seus depósitos, esse ajuste é sustentado através de controles de liquidez recorridos aos próprios bancos privados e principalmente ao Banco Central, que de tal forma é considerado o

emprestador de última instância e, em princípio, raramente nega liquidez - pois é de seu total interesse que a economia se mantenha em total estabilidade (Serrano, 2002).

Seguindo a hipótese de que a taxa de juros determina os empréstimos e estes determinam os depósitos, alguns autores introduziram uma concepção de relação moeda e meios de pagamento, isto é, o divisor monetário. Supondo $PMPP=0$, teríamos: $RB=f.DV$ ou $B=f.M_1$. Apoiado na explicação anterior sobre oferta de moeda verticalista, nota-se que $DV=M_1$. Sabendo que os meios de pagamento são dados através da sequência: taxa de juros prefixada, onde esta determina os empréstimos, e por conseguinte, estes determinam os depósitos à vista. Verifica-se que os meios de pagamento (M_1) são dados endogenamente e que a base monetária tem caráter endógeno de variação – liquidez ofertada pelo Banco Central –, ou seja, varia conforme as variações nos meios de pagamento. Caso o Banco Central se negue a oferecer liquidez, a base monetária pode ter caracteres parcialmente exógenos. Podem ser citadas duas fontes: variações nas reservas internacionais (compras de reservas internacionais, aumenta a base monetária ou vice-versa) e aumento dos gastos do governo sem financiamento através de impostos ou títulos da dívida pública, da qual estes eventos aumentam a base monetária. Destarte, mesmo que os meios de pagamento sejam totalmente endógenos, a base monetária tem alguns caracteres exógenos (Serrano, 2002).

Esse caráter parcialmente exógeno da base monetária não tem qualquer influência sobre a taxa de juros, empréstimos e meios de pagamento. É a partir desse argumento, que se certifica a relevância da preferência pela liquidez dos bancos. Os bancos fundamentados nas suas disposições a emprestar, fazem com que variações exógenas na base monetária não tenham qualquer efeito na oferta de moeda, esse fato poderá ser explicado através de um exemplo. Supondo uma elevação exógena na base monetária e os que bancos mantenham suas disposições preservadas em fazer empréstimos, desta maneira argumenta-se que eles poderão tomar duas decisões (Serrano, 2002). A primeira menos provável, eles podem entesourar esse excedente de recursos, pois para eles é melhor retê-los sem render juros do que emprestar para devedores duvidosos, esse fato faz com que haja uma elevação no fator das reservas voluntárias e compulsória (f). Já o segundo caso, geralmente tem maior probabilidade de acontecer, os bancos investem esse excedente de recursos em títulos da dívida pública, onde é uma aplicação mais segura e rende juros, mitigando o efeito expansionista sobre a base monetária. Ao adquirir títulos da dívida pública, os bancos fazem com que o valor do fator f caia, igualando as reservas bancárias ao nível predeterminado para atender seus depósitos à vista, assim o pagamento de títulos em moeda faz com que haja uma contração na base

monetária. De tal modo, a intenção dos bancos em se manterem mais ou menos líquidos, depende de expectativas em relação às condições dos negócios no futuro e substancialmente de sua carteira de empréstimos disponíveis, tal que esta é baseada nas condições de liquidação dos seus creditados. Portanto, estas variáveis podem levar os bancos a fazerem preferências de ativos mais líquidos e de maior segurança em detrimento a ativos menos líquido e de menor segurança, causando no limite uma variação nula ou até negativa na oferta de crédito (Freitas, 1999). Apesar de a base monetária ter elementos exógenos no geral, ela tem caráter endógeno, pois segue paralelamente o crescimento dos meios de pagamento, que são determinados pela taxa de juros, volume de empréstimos e consecutivamente depósitos à vista (Serrano, 2002).

O final desta seção consiste em mostrar o mecanismo que os governos utilizam para fixarem a taxa de juros. Ao tomar como argumento que todos os contratos, dívidas e impostos de uma economia são pagos em moedas e que a emissão de moeda está estritamente em posse dos governos, argumenta-se que os governos se tornam os agentes menos propícios a riscos de inadimplência. Desta maneira, conseguem fixar uma taxa de juros para a liquidação de seus empréstimos, e esta serve como piso para todos os contratos da economia (Serrano, 2002).

1.3 BANCOS SOB A ÓTICA PÓS-KEYNESIANA

Continuando a fundamentar a teoria keynesiana, esta seção aborda o conceito de firma bancária pós-keynesiana. Esta abordagem é muito relevante para os objetivos do trabalho, pois baseado na preferência pela liquidez dos bancos, pode-se mensurar o tamanho do multiplicador bancário da economia e, conseqüentemente, a oferta de crédito destinado aos investimentos. Destarte, como será discutido no decorrer da seção, a preferência pela liquidez dos bancos equivale a dizer ser um fator essencial para definir a taxa de crescimento do produto em uma determinada região.

Neste sentido, numa economia capitalista os bancos são guiados pelo *trade-off* entre uma maior rentabilidade – empréstimos de longo prazo – *versus* uma maior liquidez – empréstimos de curto prazo – em um dado período – liquidez disponibilizada por ativos em sua carteira de portfólio –, onde esses fatores são correlacionados em um cenário de incertezas (Oliveira, 2004). A partir da análise destas incertezas, os bancos são influenciados nas suas

decisões de composição de suas carteiras de ativos, por conseguinte, tendo que optar entre uma maior ou uma menor liquidez. Amparado nesta visão, pressupõe-se que as decisões dos bancos influenciam diretamente os meios de pagamento da economia.

Para os pós-keynesianos os bancos são considerados como firmas, de maneira que eles tentam maximizar seus lucros e correrem os menores riscos possíveis. Partindo de uma visão verticalista, onde a oferta de moeda é exógena e a taxa de juros é simplesmente uma consequência de variações na relação oferta monetária/demanda por moeda, ou seja, esta é considerada endógena e flutua conforme a oferta de moeda inserida na economia pelas autoridades monetárias, Keynes observou que a curva de oferta de moeda era totalmente inelástica a variações na taxa de juros, e que os bancos emprestavam todas as suas reservas a seu limite, exceto em condições de incerteza. Outro fator importante observado por Keynes foi o problema enfrentado por um banco, que não consiste na dúvida em emprestar, mas sim em quanto emprestar de seus ativos de uma forma relativamente menos líquida (Amado et al., 2007). Desta maneira, os bancos alocam seus recursos de forma que adquiram o máximo de rentabilidade e a máxima liquidez. Os bancos, portanto, podem optar por três categorias: a) letras de câmbio e empréstimos de curtíssimo prazo no mercado monetário; b) investimentos em títulos; c) empréstimos aos clientes. As letras de câmbio e empréstimos de curtíssimo prazo têm maior liquidez que os investimentos em títulos, e estes têm maior liquidez que os adiantamentos aos clientes. Mas invertem-se as condições quando se pressupõe como base a rentabilidade, pois os investimentos em títulos são mais rentáveis que as letras de câmbio e os empréstimos de curtíssimo prazo, e os adiantamentos aos clientes têm uma maior rentabilidade que os títulos (Lopes & Rossetti, 2002). Essa ordem não é totalmente invariável, pois ela depende da cultura de cada entidade monetária. Tal problema será discutido no decorrer da seção.

As letras de câmbio e empréstimos de curtíssimo prazo por levarem menores prazos para serem descontados, estão sujeitos a menores riscos e sua disponibilidade é quase imediata na carteira de seu credor. Por tal motivo esse grupo é remunerado por uma taxa de juros menor. Já os títulos têm grande liquidez, mas por se tratar de contratos de maior maturidade, estão sujeitos a riscos maiores devido à complexidade de se converterem em moeda. Essa conversão se dá através da demanda destes ativos em seu mercado de compra e venda. Dada a instabilidade do setor privado, verifica-se que nos contratos de títulos, pode ocorrer o *risco de capital*, isto é, estes estão sujeitos que seus preços de mercado num dado momento sejam inferiores aos seus valores de face. Por essa razão, são considerados menos líquidos, pois

antes do valor da data de seu resgate, o valor de venda do contrato depende da sua demanda no mercado no momento. Para correr o risco do resgate antecipado, este tipo de aplicação deve oferecer uma taxa de juros maior que a taxa oferecida no mercado de letras de câmbio e empréstimos de curtíssimo prazo. O terceiro tipo de ativo, os empréstimos aos clientes, é o de menor liquidez. Para esse tipo de ativo, os bancos não podem antecipar seu resgate, pois o credor tem que comprometer seu investimento até a data marcada para a saudação da dívida. Esse fato torna os bancos mais vulneráveis a maiores riscos – como calotes, variações no câmbio etc. –, de tal modo que cobram taxas de juros maiores dos seus tomadores de empréstimos. Portanto, os bancos irão fazer suas escolhas entre esses três ativos com base nas expectativas de retorno esperado de cada um, e da avaliação futura de ocorrência de riscos que cada ativo possa ter (Carvalho et al., 2007).

Outra característica dos bancos apresentada pela teoria pós-keynesiana é que estes não fazem escolhas de apenas como alocar seus ativos, mas também como definir suas obrigações para financiar suas atividades. Se por exemplo, os bancos captam muito através de transações no mercado de títulos e pouco através de depósitos à vista, suas preferências por liquidez serão menores, pois precisarão de menores quantidades de ativos na forma mais líquida para liquidarem os possíveis saques realizados pelos depositantes. Portanto, a preferência de cada ativo não depende apenas das suas expectativas de retorno, mas também da natureza das obrigações dos bancos. Deste modo, afirma-se que o “banco keynesiano” não tem como problema apenas a decisão de como alocar seus ativos, mas também de como escolher entre as diversas maneiras de saudar suas obrigações (Carvalho et al., 2007).

Os bancos pós-keynesianos são vistos como administradores de riscos, onde podem fazer escolhas de ativos mais rentáveis ou menos rentáveis e escolhas de como serão a natureza de suas obrigações. Assim sendo, administram com base num determinado nível de risco que queiram correr. Com base nessas prerrogativas, deriva-se a oferta de crédito, isto é, quando houver um cenário de baixa incerteza, os bancos têm um atrativo maior para aplicar seus ativos em mercados de maior rentabilidade e menor liquidez, pois os retornos adquiridos através de maiores rentabilidades são mais compensadores que os retornos adquiridos por menores taxas de juros e uma maior segurança. Tal fato incide no crédito diretamente, pois devido à baixa incerteza, os bancos estão dispostos a fazer políticas de crédito mais agressivas com a esperança de terem retornos maiores no futuro, refletindo em um aumento na oferta de crédito. O mesmo vale quando houver um cenário de muita incerteza no mercado, isto é, os bancos têm um atrativo a aplicarem seus ativos em mercados de rentabilidade menor e maior

liquidez, ou seja, maior segurança. Pois os retornos adquiridos através das menores taxas de juros e maior segurança são mais compensadores que investir seus ativos em um cenário de muitas inseguranças, e correr o risco de ter grandes perdas. Desta maneira, a oferta de crédito será menor, pois, os bancos tendo incertezas em relação ao futuro, tendem a fazer políticas de crédito mais cautelosas, ou seja, aplicando seus ativos em mercados menos rentáveis, mas com maior segurança, o que no limite levará a uma queda na oferta de crédito da economia (Carvalho et al., 2007).

Outro fator relevante na oferta de crédito é proveniente da natureza das obrigações dos bancos, pois estas podem incidir sobre o crédito de maneira que nem mesmo o cenário de incertezas consiga influenciar nas decisões dos bancos (Paula et al., 2001). Se por exemplo, os bancos de uma economia captam a maior parte de seus recursos em forma de depósitos à vista, independente do cenário econômico, eles devem manter sempre um determinado nível de recursos na forma mais líquida, para que possam saudar as possíveis corridas de saques dos depositantes. Deste modo, argumenta-se que os bancos tendem a investir mais em recursos de liquidez imediata – que de regra são empréstimos de curtíssimo prazo e letras de câmbio –, fazendo com que haja pouco investimento num dos principais mecanismos de manutenção do crédito - os depósitos de longo prazo –, e por conseguinte, uma baixa na oferta de crédito da economia. Assim sendo, independente do ambiente econômico, a oferta de crédito de uma economia pode ser baixa, pois esta depende substancialmente da cultura de como os bancos saúdam suas obrigações (De Paula et al., 2001).

A baixa disposição dos bancos em emprestar, induz a um aumento na taxa de juros – neste caso, a demanda por recursos ultrapassa a oferta, voltando a se equilibrar em uma taxa de juros maior –, na qual aumenta o retorno exigido pelos investimentos, induzindo a uma queda na demanda agregada. Uma redução relativa na demanda agregada da economia reduz os ganhos da economia como um todo – uma queda na demanda pode levar a uma queda na quantidade produzida ou a uma queda no preço do produto. Ao observar algum desses eventos, pressupõe-se reflexos diretos sobre a demanda por trabalho e nível salarial. Sendo assim, tudo mais constante leva a uma queda nos ganhos das firmas -. Este episódio produz uma piora da solvência das empresas diante de seus credores, colocando o sistema financeiro em uma situação de insuficiência financeira, fazendo com que no limite eleve o *spread* e o racionamento de crédito. Após este processo atingir o sistema financeiro e a oferta de crédito, é que os resultados negativos se ampliam. O aumento do *spread* e o racionamento de crédito tornam os investimentos mais caros, e cada vez menor será o número de firmas capaz de arcar

com os juros dos empréstimos, procedendo como consequência uma queda no nível de produção da economia (De Paula, 2008). Desta forma, esta abordagem Minskyana citada por De Paula (2008) será essencial para explicar as decisões dos bancos, pois estes tomam decisões como qualquer outro agente, e baseiam-se no processo de incerteza para determinar o quanto de crédito que será ofertado em um determinado período de tempo.

1.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA

Apresentadas as definições sobre a oferta de moeda e demanda por moeda, e sobre o comportamento dos bancos da teoria pós-keynesiana, obtêm-se bases consistentes de maneira a determinar o avanço da teoria pós-keynesiana na perspectiva regional. Dada a não neutralidade da moeda e o grande poder de intervenção das instituições bancárias, o capítulo dá ênfase à explicação de como a incerteza afeta as decisões das firmas bancárias em ofertarem crédito, o que de maneira hipotética serve para explicar os grandes ciclos recessivos das regiões periféricas e a rápida recuperação das regiões centrais em períodos de instabilidade de investimentos. Vale ressaltar, que Dow (1982, 1987) desenvolveu dois trabalhos que procuram verificar o comportamento da preferência pela liquidez em diferentes regiões, portanto, a autora chegou às seguintes características para as regiões.

QUADRO 1.1 CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO E PERIFERIA

Características	Centro	Periferia
Trajétórias de crescimento	Estáveis	Instáveis
Variável dinâmica para o crescimento	Endógena	Exógena (exportações)
Concentração da produção	secundário e terciário	primário e terciário
Propensão a importar	Baixa	Alta
Arranjos Institucionais (desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Mercado financeiro (desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Liquidez dos ativos	Alta	Baixa
Bases para difusão de informações	Sólidas	Voláteis
Incerteza	Pequena	Grande

Fonte: Dow (1982) *apud* Bastos (2010)

Para a autora, as regiões centrais possuem densidade populacional elevada e atividades econômicas de modo a permitir o fornecimento de bens e serviços para si mesmas e para regiões mais próximas. De modo geral, estas regiões são prósperas, com mercados ativos e sofisticação financeira, marcadas por uma trajetória de estável desenvolvimento, baixa propensão a importar e trajetória de crescimento auto gerada e retroalimentada (Bastos, 2010).

Com base nas características de cada região, as instituições bancárias buscam ao máximo minimizar os riscos de suas carteiras de ativos. Uma das maneiras que as firmas bancárias utilizam para discriminar estes riscos é através da racionalização de crédito para eventuais indivíduos com baixa probabilidade de pagamento. Deste modo, dado que as regiões centrais têm um grande poder econômico, não só por terem uma economia interna desenvolvida, mas também por terem uma reserva de mercado externa muito elevada – isto pode ser explicado com base na viabilidade de produção de cada bem, pois as regiões periféricas têm custos elevados para produzir uma quantia relativamente baixa de um bem, devido a sua baixa demanda e a concorrência das outras regiões. Portanto, estas regiões preferem não produzir tais bens, e assim importar de regiões maiores que têm custos marginais de produção menores –, polarizam um determinado espaço composto por vários centros menores (Romero, 2008). Dadas estas características nas regiões centrais, há uma tendência à concentração dos investimentos nestas regiões.

Já nas regiões periféricas a tendência à instabilidade é maior, pois ao não deterem grandes reservas de mercado – mercado interno aquecido –, combinado com baixa diversificação produtiva, essas regiões tendem a ter elevada dependência das regiões centrais, tanto no que se refere às importações de produtos que são inviáveis economicamente de serem produzidos internamente, quanto no que se refere às exportações, as quais são na maioria das vezes a principal fonte de renda destas regiões. Não obstante, levando-se em conta que a maioria das regiões periféricas se especializam em exportar um único produto - quase sempre produtos primários ou de manufatura de baixa tecnologia -, variações cíclicas negativas na demanda ou oferta, atingem diretamente a base de sustentação econômica destas regiões – produto e emprego. A baixa diversificação na produção e bases tecnológicas pouco avançadas fazem com que seu sistema financeiro não evolua, pois a instabilidade de retorno dos investimentos e a baixa possibilidade dos bancos em discriminarem os riscos fazem com que estes contenham uma maior parcela de reservas como meio de segurança (Romero, 2008).

Como estas regiões têm baixa oferta de crédito - elevadas reservas e alto grau da demanda por moeda (tanto por transação, quanto por especulação), tal que este fato é ocasionado pelo elevado grau de incerteza de maturação dos investimentos e o elevado nível de reservas -, configura-se assim um baixo multiplicador bancário nestas regiões. Segundo Amado (1997) *apud* Bastos (2010), a demanda por transação está relacionada a eventuais gastos ou ganhos imprevistos, como há um elevado grau de incerteza nestas regiões, a renda entesourada tende a ser maior. Simultaneamente sobre o motivo de especulação a autora relata:

(...) como essas economias estão sujeitas a uma maior instabilidade, os agentes tendem a ter uma demanda especulativa por moeda maior, lhes sendo dada não só a possibilidade de especular com ativos da própria região como também de especular com os ativos da região central (AMADO 1997 p.21 *apud* Bastos, 2010).

Com fundamento nestes argumentos e articulando um complemento com as decisões da firma bancária pós-keynesiana em ofertar crédito, nota-se que os bancos instalados nas regiões periféricas tendem a ter uma parcela de moeda entesourada ou investida em atividades não destinadas diretamente à manutenção da demanda agregada – como por exemplo, títulos públicos –, principalmente em períodos de recessão.

Para Romero (2008), a elevada preferência pela liquidez do público nas regiões periféricas reflete em queda no quantum de depósitos à vista, por conseguinte, eleva os *spreads* e o número de reservas bancárias desejadas pelos bancos para sanar possíveis distúrbios do sistema financeiro. Eventos como estes forçam os bancos a diminuir os prazos dos empréstimos para ajustar o menor prazo dos depósitos. A grave consequência é um menor fluxo monetário na região e maior concentração do sistema financeiro nas regiões centrais, o que no limite torna o multiplicador bancário pequeno, e se traduz em baixos níveis de investimentos e desenvolvimento nas regiões periféricas.

Nesta mesma visão, Nogueira *et al* (2009) *apud* Bastos (2010), argumenta que quanto maior for a porcentagem de depósitos a prazos no sistema financeiro de uma região, melhor será para os investimentos, pois esta ocorrência conjectura em uma maior oferta de crédito. Destarte, como as regiões mais centralizadas têm uma maior diversificação de seu sistema produtivo, isso implica em maiores inversões para os setores secundários e terciários. No limite, esses eventos possibilitam uma maior diversificação das carteiras de investimentos dos

bancos, possibilitando-os terem baixa preferência pela liquidez e baixo *spread* (Figueiredo 2006 *apud* Bastos, 2010).

De forma geral, os agentes econômicos tomam as suas decisões considerando o grau de confiança das suas expectativas e no quanto de incerteza que desejam enfrentar, portanto se estes agentes estão inseridos num ambiente com elevado grau de incerteza, mais frágeis serão as expectativas, o que resultará numa maior preferência por liquidez (Bastos, 2010).

Eventos como estes, não necessariamente implicam que as regiões periféricas têm menores participações no mercado de crédito, mas sim que há uma instabilidade maior nestas regiões ao longo do tempo. Dow (1982) afirma que em períodos de instabilidade econômica, os agentes tendem a dirigir seus recursos para as regiões onde a demanda agregada é maior. O elevado nível da demanda agregada nas regiões centrais garante que os gastos com os investimentos sejam segurados através de retornos mais certos. De fato, em períodos de profunda recessão a recuperação destas regiões é mais acelerada, o que as faz voltar aos seus antigos estágios de crescimento mais rapidamente. Já as regiões periféricas têm uma relativa participação no mercado de crédito em períodos de *Boom* econômico, a qual é explicada pelos baixos salários – reflexo da abundância de mão de obra. Portanto, em períodos de crescimento da economia global, estas economias adquirem elevados níveis de recursos – investimentos –, recursos exportados pelas regiões centrais. Neste ínterim, argumenta-se que as economias nas regiões periféricas crescem mais que as economias das regiões centrais em períodos de crescimento econômico da economia mundial. Em contraponto, em momentos de recessão econômica, essas regiões podem entrar em profundos e longos períodos de baixo crescimento econômico, pois a baixa demanda agregada intrínseca a estas economias e o baixo poder de mercado de seus produtos fazem com que seja gerado um processo de incertezas em relação aos investimentos destinados a elas. Como em períodos de incertezas os agentes buscam refúgio em ativos mais seguros, investem seus recursos em ativos que compõe o portfólio das economias centrais. Tudo mais constante, até que mude as expectativas dos agentes em relação ao futuro, as economias periféricas podem passar por prolongados períodos de baixa captação de recursos, e, por conseguinte, por baixos níveis de investimentos e crescimento do produto agregado. A incerteza em relação ao futuro torna os investimentos mais arriscados, forçando os bancos a se concentrarem em sua grande maioria nas regiões centrais, na busca de

minimizar os riscos de seus portfólios e são atraídos pelo baixo grau de incerteza sobre a maturação dos investimentos. No limite, as transferências de recursos para essas regiões serão gigantescas, consolidando um elevado grau de desenvolvimento e ampliando a disparidade em relação às regiões periféricas.

Na procura em explicar a disparidade de desenvolvimento entre as regiões, Chick (1986) *apud* Bastos (2010) segmenta a evolução do sistema financeiro em cinco estágios. No primeiro estágio, os empréstimos estão em função da poupança, pois quanto maior a poupança, maiores serão os empréstimos. De modo inverso, quanto menor for a poupança, menores serão os empréstimos. O segundo estágio está relacionado à quantidade de reservas, pois os bancos passam a conceder empréstimos com base na quantidade de reservas, tornando desta maneira os depósitos a vista uma função direta do nível de reservas. O terceiro é a relação de empréstimos interbancários, pois nesta situação os empréstimos já não dependem diretamente do nível de reservas dos bancos, mas sim da possibilidade de pegar emprestado através do crédito interbancário e adquirir ganhos com uma margem de *spread*. Conjugado com o terceiro estágio, o quarto estágio introduz a autoridade monetária, pois esta através do redesconto cria condições de liquidar os bancos e assim intervir nos meios de pagamento da economia, ou seja, ela exerce o papel de prestador de última instância. O quinto estágio é caracterizado pela especulação interbancária e a integração do sistema financeiro.

Assim sendo, quanto mais desenvolvido o sistema financeiro de uma região, maior será o grau de desenvolvimento desta região – relação direta entre desenvolvimento do sistema financeiro e desenvolvimento regional. Pois, a partir do momento que os sistemas financeiros trocam de estágio, as possibilidades de comportarem riscos maiores vão se elevando, ou seja, possibilidades de uma estrangulação do sistema financeiro passam a ser menores. Sabendo disto, os agentes tornam-se menos avessos ao risco de emprestar, isto converterá em um quantum de meios de pagamento maior e uma taxa de *spread* menor. Destarte os investimentos tornam-se mais baratos, elevando o quantum de produtos, emprego e consecutivamente maior crescimento econômico.

Para Chick e Dow (1988), no primeiro estágio haveria uma convergência entre as regiões centrais e periféricas, uma vez que a poupança é condição para o investimento. Sendo assim, os recursos fluiriam de regiões mais abundantes para regiões que são escassas. No entanto, as disparidades regionais seriam reforçadas quando os bancos atingissem o segundo estágio, devido à tendência destes estarem

localizados em regiões centrais, a maior preferência por liquidez nas regiões periféricas afetaria a capacidade dos bancos criarem moeda. No terceiro estágio, mesmo que haja possibilidade de empréstimos interbancários, ainda assim haveria o problema do grau de informações assimétricas na periferia. No quarto estágio, em que pese a disponibilidade de reservas provenientes de uma autoridade monetária central, a vulnerabilidade das regiões periféricas a oscilações é maior do que aquela exibida pelas regiões centrais. No quinto estágio a economia da periferia permaneceria volátil (Bastos, 2010).

Ao perceber essas características nas eventuais economias, argumenta-se que o sistema bancário não constitui apenas um intermediário das transações dos agentes, mas sim um dos principais determinantes da taxa de crescimento das regiões. Logo, quando há uma evolução do sistema financeiro de uma região em relação ao de outra, haverá uma tendência de elevação da taxa de crescimento desta primeira. No limite, tudo mais constante, este fato esboçará em taxas diferentes de crescimento dos produtos, e consecutivamente uma disparidade de crescimento entre essas regiões.

2 EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL: ASPECTOS REGIONAIS

O presente capítulo busca construir um breve histórico do desenvolvimento do Sistema Financeiro Brasileiro (SFB), tendo como principal destaque as mudanças ocorridas no Sistema Bancário ao longo dos últimos anos. O capítulo apresenta as mudanças nas relações do Sistema ao longo do período analisado que de certa maneira servirão de fundamentos para ligar à teoria pós-keynesiana e explicar possíveis variações na dinâmica de crescimento das regiões brasileiras. O primeiro sub-item do capítulo aborda a evolução do SFB no período de 1889 a 1989, onde houve uma expressiva ampliação no quantum de instituições. Em contraponto a inadequação institucional e graves crises inflacionárias deixaram o Sistema Financeiro ineficiente. Por fim, o último tópico do capítulo tem como abrangência o período de maior ênfase - início da década de 1990 -, onde eventos como a abertura financeira e a adequação das instituições aos padrões internacionais foram relevantes para determinar o novo modelo de Sistema Bancário oligopolizado.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO de 1889 A 1989

Na primeira década da república, as políticas do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, teve como principal objetivo regionalizar a emissão monetária, com o intuito de atender as fortes demandas por meio de pagamento em períodos de colheita da safra de café (Abreu et al, 1989). Portanto, as políticas do governo tinham como finalidade sanar o problema de liquidez que os bancos da capital – Rio de Janeiro – enfrentavam em período de demandas sazonais nas safras de café. Apesar do sucesso da regionalização dos bancos emissores, houve um descontrole na emissão monetária no período, de modo que levou à criação de firmas fantasmas – dada a facilidade de adquirir créditos, criavam firmas fantasmas para usufruir desse benefício – e que desencadeou violenta especulação nas bolsas de valores no período. Neste ínterim, devido à falta de condições de pagamentos destes creditados, as carteiras dos

bancos que continham esses títulos de empréstimos tornaram-se sujas, refletindo na solvência de várias instituições bancárias no período, ou seja, sepultando o objetivo do governo de expandir o Sistema Financeiro do Brasil (Abreu et al, 1989).

Após a primeira guerra mundial houve um relativo crescimento dos bancos comerciais no país, chegando a 500 instituições em 1945. Não obstante, antes mesmo desse período surgiram os bancos estaduais de Piauí (1926), São Paulo (1927), Paraná (1928) e Rio Grande do Sul (1928), integrando os já criados de Minas Gerais (1889) e o da Paraíba (1912). A criação desses bancos tinha como principal objetivo o fomento de meios de pagamento para o setor agrícola, principalmente no período de safra (Bastos, 2010).

Em 1964, devido à falta de adequação institucional das autoridades monetárias – onde o Banco do Brasil era banco comercial, mas também emissor de moeda, deste modo inviabilizava o controle da evolução da base monetária do país –, instituiu-se uma reforma bancária através da lei nº 4.595. Neste contexto, criou-se o Banco Central que deteria as atribuições de emissor monetário, instituidor da política monetária e emprestador de última instância, ou seja, tornava-se mais independente de interesse político o avanço da base monetária da economia (Cavalheiro, 2002). Essa reforma teve como objetivo a organização do Sistema Financeiro, delegando a cada instituição seu papel dentro do Sistema – Bancos de investimentos na captação dos recursos para investimentos de longo prazo, Financeiras concessão de crédito para as pessoas físicas e Banco Central o banco dos bancos (Além et al, 1999). Os anos que se seguiram à reforma, verifica-se um crescimento expressivo das instituições financeiras no país, pois, em 1964 havia somente 498, sendo 67% bancos e, apenas cinco anos depois o número de instituições financeiras saltou para 1.485 (Troster 2004 *apud* Bastos, 2010).

Na década de 70, segundo Corazza e Oliveira (2006) *apud* Bastos 2010, o Sistema Bancário passou por um novo processo de ajuste, pois com o desenvolvimento do mercado financeiro e o sensível crescimento do mercado de capitais havia um número excedente de bancos. Desta forma, o governo adotou medidas para incentivar o processo de fusões, incorporações e aquisições.

Nos anos 80 o Banco Central criou a classificação das agências segundo o montante de depósitos em sua carteira. Objetivo do Estado era de elaborar uma política de permutas de

agências autorizadas, de forma a estender e melhorar a assistência do Sistema a todos os municípios brasileiros, além de efetuar medidas de regionalização bancária (CORRÊA 2006 *apud* Bastos, 2010).

As elevadas taxas de inflação verificadas na década de 80 fizeram com que os bancos gozassem de elevados ganhos de *floating* e de financiamento da dívida pública. Assim Carvalho et al (2007) afirma que os bancos tiveram excessivamente ganhos neste momento, mas que a instabilidade econômica e a inflação reduziram a oferta de crédito no período. Podem-se destacar no período outras razões que inviabilizaram a evolução da oferta de crédito no período, tais como: O sistema funcionava com base no sistema de pontos, pois para uma instituição abrir, outra instituição deveria fechar. Havia também barreiras a entrada de bancos, pois para um banco se instalar no país, este deveria comprar outro já instalado (Bastos, 2010).

2.2 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO PÓS-1989: UMA NOVA DINÂMICA

Apesar da reforma em 1988 e da criação dos bancos múltiplos, a concentração bancária ganhou força a partir dos anos 90, onde a abertura financeira conjugada com reformas do Sistema elevou de modo significativo o grau de concentração do Sistema financeiro nas regiões centrais do país. Outro importante indutor da concentração bancária no período foi a estabilização dos preços, o que eliminou o *floating* – principal ganho dos bancos –, conjugado com elevadas taxas de juros o que resultava em maiores níveis de inadimplência, fez com que diversos bancos menores fechassem ou se anexassem em bancos maiores (Cordeiro, 2007).

Na busca de sobrevivência diante destas situações adversas, os bancos começaram a cortar custos a partir de: demissão de empregados, aumento dos investimentos em automação e fechamento de agências bancárias, com menor rentabilidade. De modo a aumentar a vulnerabilidade do Sistema Financeiro do país, os bancos estaduais passavam por uma série de crises administrativas, o que quase inviabilizavam suas atuações em prover créditos nos Estados (Ferreira Jr & Sorgato, [entre 2008 e 2011]). Neste contexto, o Sistema Financeiro foi

obrigado a passar por um forte processo de reestruturação e consolidação, acompanhando o modelo internacional que vinha sendo adotado na maioria dos países em desenvolvimento. A partir deste tempo, marca uma nova trajetória da composição do Sistema Financeiro Brasileiro, com base na redução das instituições Financeiras atuante no país e solidificado pelos grandes bancos (Neto, 2001). Desta forma, a partir deste período a concentração bancário no Brasil pode ser dividida em dois abalos que aconteceram concomitantemente: i) concentração geográfica das agências bancárias e; ii) forte movimento de fusões, aquisições e liquidações. Segundo Ferreira Jr & Sorgato [entre 2008 e 2011],

O primeiro movimento está fortemente relacionado às diretrizes emanadas pelas autoridades monetárias e que sofreram forte modificação nos anos mais recentes, especialmente do início da década de 1990 em diante. Por exemplo, no início dos anos oitenta do século XX o Banco Central tinha como objetivo, no que se refere à localização das agências bancárias, estender a assistência bancária a todos os municípios brasileiros, melhorar a assistência bancária de municípios menos assistidos e efetuar medidas de regionalização bancária. Para tanto, adotou uma série de medidas entre as quais a diminuição no depósito compulsório das agências situadas nas regiões da SUDAM, SUDENE e SUDECO e “admitiu a redução de até 50% do capital mínimo regulamentar caso o banco comercial concentrasse no mínimo 90% das suas dependências em regiões que abrangessem no máximo três estados limítrofes, num dos quais este banco teria que estar sediado” (CORRÊA, 2006: pp. 112). Em decorrência de tais incentivos, aumentou a capilaridade do atendimento bancário, via agências, em todo território nacional. Com o fim do imposto inflacionário e a necessidade dos bancos de ajustarem as suas estruturas de custos, teve início o processo de realocação das agências em nível nacional com maior contração no Sudeste.

No ano de 1995 com a crise Mexicana e severa instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro lança dois planos; o PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - e o PROES criado em 1997 - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual. O primeiro tinha como finalidade dar liquidez e solvência ao Sistema Financeiro, onde contemplava a criação de linhas para dá solvência às reorganizações administrativas, operacionais e societárias (Além et al, 1999). O segundo tinha como tarefa a reestruturação e definição da atuação dos bancos Estaduais a partir deste período. O governo assegurava liquidez para os bancos Estaduais no momento de crise, no entanto exigia que estes passassem no futuro a compor o portfólio de instituições estatais a serem privatizadas. A partir destas políticas, o governo buscava consolidar o Sistema Financeiro Brasileiro de modo a atrair instituições financeiras, e assim aumentar o quantum de meios de pagamento oferecidos por instituições privadas. Em um período de dez anos houve uma redução de 72% das instituições financeiras públicas no Sistema (Bastos, 2010). Ainda em 1995 através da resolução 2.212 o governo baixa uma nova medida em que limitava

ainda mais o capital inicial para criar uma nova instituição financeira (Além et al, 1999). Esses eventos foram essenciais para reorganizar o Sistema Financeiro do país no período, e ditar um novo modelo oligopolizado de administração de crédito.

A concentração bancária neste período fez com que houvesse uma perda da importância relativa do Sistema Financeiro como um todo, pois no ano de 1990 a participação do sistema financeiro no PIB era de 12,8%, atingindo 15,6% em 1993, mas retroagindo 6,9% em 1995 (Bastos, 2010). A relativa estabilidade da economia e falta de ganhos com os *floating* e financiamentos ao governo fez com que na segunda metade dos anos 90, os bancos passassem a conceder maiores níveis de crédito, pois, só a partir de operações de financiamento conseguiriam assegurar suas sobrevivências (Soares, 2001).

A partir das reformas do Sistema Financeiro brasileiro ao longo dos anos, este ficou subdividido em três categorias. Primeiro os órgãos normativos: Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Segundo os órgãos supervisores: Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Secretaria de Previdência Complementar (SPC), Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos à Vista, Bolsa de Mercadorias e Futuros e IRB- Brasil Resseguros. Terceiro, os órgãos operadores que são: instituições financeiras, outros intermediários financeiros, administradores de recursos de terceiros, além dos Bancos de Câmbio, Bolsas de Valores, Sociedades Seguradoras, Sociedades de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Banco Central do Brasil, 2009).

No que tange à parte relevante do Sistema Financeiro Brasileiro, o Sistema Bancário é composto por instituições capazes de criar moeda - cooperativas de crédito, bancos múltiplos com carteira comercial, caixas econômicas e bancos comerciais. Desta forma, nota-se a importância deste setor no desempenho dos investimentos nas regiões (Bastos, 2010).

As cooperativas de crédito atuam tanto no setor rural quanto urbano. São instituições originárias principalmente de associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas e/ou de profissionais de determinado segmento, sendo autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados, de empréstimos, repasses e refinanciamentos de outras entidades financeiras, e de doações; os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio de carteiras. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista; as caixas econômicas captam depósitos à vista, realizam operações ativas e efetuam prestação de serviços, priorizam a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência sociais além de obter o monopólio do empréstimo sob penhor de

bens pessoais e integrar o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH); e os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Podem captar depósitos à vista e a prazo (Bastos, 2010).

A partir dos dados apontados nas tabelas 2.1 e 2.2, verifica-se ao longo da década de 1990 – mais precisamente depois do PROER - uma redução dos bancos públicos e dos bancos privados nacionais. Destarte, houve um aumento significativo dos bancos estrangeiro no país. Esse fato é explicado pela queda de ganhos com *floating* e pela abertura financeira no início da década de 90, onde em um processo de seleção natural eliminou os bancos menos eficientes durante este período.

TABELA 2.1 – QUANTITATIVO DE BANCOS PELA ESTRUTURA DE CAPITAL

Bancos (1)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Públicos (2)	32	27	22	19	17	15	15	15	14	14	13	13	12	10	9
Privados	198	190	182	175	175	167	152	150	150	147	146	143	147	148	148
Nacionais	131	118	105	95	91	81	76	78	82	82	81	77	78	88	88
Nacionais com participação	26	23	18	15	14	14	11	10	10	8	9	10	7	0	0
-Controle Estrangeiro (4)	25	33	43	50	57	61	56	53	49	49	48	49	56	54	54
Estrangeiros (5)	16	16	16	15	13	11	9	9	9	8	8	8	6	6	6
Total	230	217	204	194	192	182	167	165	164	161	159	156	159	158	157

Fonte: Cosif – Banco Central do Brasil – Relatórios de evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN) *apud* Ferreira Jr & Sorgato [entre 2008 e 2011]

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixas econômicas.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan/1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais).

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

TABELA 2.2 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS BANCOS PELA ESTRUTURA DE CAPITAL

Bancos (1)	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Públicos (2)	13,9	12,4	10,8	9,8	8,9	8,2	9,0	9,1	8,5	8,7	8,2	8,3	7,5	6,3	5,7
Privados	86,1	87,6	89,2	90,2	91,1	91,8	91,0	90,9	91,5	91,3	91,8	91,7	92,5	93,7	94,3
Nacionais	57,0	54,4	51,5	49,0	47,4	44,5	45,5	47,3	50,0	50,9	50,9	49,4	49,1	55,7	56,1
Nacionais com participação	11,3	10,6	8,8	7,7	7,3	7,7	6,6	6,1	6,1	5,0	5,7	6,4	4,4	0,0	0,0
-Controle Estrangeiro	10,9	15,2	21,1	25,8	29,7	33,5	33,5	32,1	29,9	30,4	30,2	31,4	35,2	34,2	34,4
Estrangeiros (5)	7,0	7,4	7,8	7,7	6,8	6,0	5,4	5,5	5,5	5,0	5,0	4,5	3,8	3,8	3,8

Fonte: Cosif – BACEN – Relatórios de evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN) *apud* Ferreira Jr & Sorgato [entre 2008 e 2011]

(1) Inclui bancos múltiplos, bancos comerciais e caixas econômicas.

(2) Inclui caixas econômicas (estaduais, em funcionamento até Jan/1999, e a Caixa Econômica Federal).

(3) Inclui bancos que detêm participação estrangeira.

(4) Bancos múltiplos e comerciais com controle estrangeiro (exceto filiais).

(5) Filiais de bancos estrangeiros.

Com base nestes dados, nota-se que os bancos brasileiros são concentrados e oligopolizados, pois, na descrição do período apresentado nas tabelas (1996 a 2010), a participação dos cinco maiores bancos do país no ativo financeiro aumentou de 48,7% para 67% (Ferreira Jr e Sorgato [entre 2008 e 2011]). Hoje o Sistema bancário brasileiro é formado de 158 instituições, sendo que 89,6% dos ativos estão em poder dos 20 mais ricos e 10,4% em poder dos 138 restantes.

3 EXAME DAS VARIÁVEIS FINANCEIRAS E DAS VARIÁVEIS QUE CONDICIONAM O DESEMPENHO ECONÔMICO DAS REGIÕES

Este capítulo é destinado à análise empírica do trabalho. Assim, está dividido em dois sub-ítem. O primeiro abrange a metodologia usada para explicar a ideia central do trabalho. O segundo apresenta e discute os resultados.

3.1 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consiste basicamente em utilizar informações obtidas em fontes secundárias para inferir sobre os efeitos regionais da reestruturação bancária da década de 90. Mais especificamente, utiliza-se de trabalhos desenvolvidos em sua maioria pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – Cedeplar/UFMG, os quais propõem diversos indicadores financeiros regionalizados, baseados na perspectiva pós-keynesiana. A seguir são apresentados e discutidos brevemente alguns dos indicadores utilizados.

O Cedeplar desenvolveu indicadores para avaliar a preferência pela liquidez do público e dos bancos. Através destes indicadores, pesquisadores buscaram avaliar como os agentes econômicos alocam seus ativos num determinado período do tempo.

O indicador que mede a preferência pela liquidez do público é dado por:

$$PLP = DVP + DVG/DT,$$

onde,

PLP = Preferência pela liquidez do público.

DVP = Depósitos à vista do setor privado.

DT = Depósitos totais.

DVG = Depósitos à vista do Governo

Como as operações de créditos estão diretamente ligadas à composição dos depósitos nos bancos, assim podemos derivar a preferência pela liquidez do público. Ao analisar este

indicador, nota-se que quanto maior forem os depósitos à vista do setor público e do setor privado, maior será o indicador, e, conseqüentemente, será maior preferência pela liquidez. O argumento é corroborado pelo fato de que há uma parcela muito elevada de depósitos de liquidez imediata sobre os depósitos totais. Sendo assim, os bancos tendem a manter uma parcela maior de encaixes para sanar possíveis demandas sazonais de saques. Esta decisão em manter uma parcela elevada de depósitos à vista sobre os depósitos totais é tomada pelos bancos e pelo público em períodos de incertezas (Ferreira Jr e Sorgato [entre 2008 e 2011]). A insegurança de não conseguir arcar com possíveis obrigações imediatas faz com que o público e os bancos mantenham uma parcela relativamente elevada de moeda na forma mais líquida. Esse indicador não será usado em nossa análise, mas foi apresentado com o intuito de facilitar o entendimento do próximo indicador, pois, a preferência pela liquidez dos bancos será de extrema relevância para explicar e compor a base metodológica do trabalho. Deste modo, deriva o próximo indicador:

$PLB = DVP + DVG/OC$, onde PLB é a preferência pela liquidez dos bancos, DVP e DVG já foram explicadas no primeiro indicador, e OC mede o quantum de operações de crédito. Assim temos que quanto menor forem as operações de crédito, maior será a preferência pela liquidez dos bancos. Este evento pode acontecer por dois motivos: primeiro pelo fato da composição dos depósitos nas carteiras dos bancos, e segundo pelo cenário de incerteza da economia, ambos já citados acima. A partir de uma análise sobre o indicador de preferência pela liquidez dos bancos, nota-se que estes tomam decisões como qualquer outro agente, baseiam-se em suas obrigações e nas incertezas do ambiente econômico. Variações nas expectativas dos bancos fazem com que haja variações em alguma das variáveis que compõem o indicador PLB. Como hipoteticamente estas variáveis têm ligação direta com a oferta de crédito da economia, logo, mudanças nas expectativas dos bancos determinam mudanças na oferta de crédito da economia.

Para mensurar o grau de vazamentos de depósitos, utiliza o indicador proposto por Crocco (2003). Neste indicador o autor leva em conta a participação relativa dos créditos e dos depósitos utilizados e captados em uma determinada região. Portanto, quanto maior for a proporção de créditos utilizados em relação aos depósitos capitados, menor será o volume de vazamento de depósitos. Em contraponto, quanto menor for a proporção de créditos utilizados em relação aos depósitos capitados, maior será o volume de vazamentos de depósitos.

Outras duas variáveis independentes utilizadas no trabalho foram propostas no trabalho de De Paula e De Freitas (2010), terminamos de compor o modelo empregado para medir as variáveis financeiras. Assim serão descritas como:

Popagen = razão entre população e o número de agências.

Crédito = participação da região no crédito total.

Analisando estas variáveis, constata-se que quanto maior for a razão entre população e o número de agências, menor será o acesso da população ao Sistema Financeiro. Tudo mais constante, menor será o crédito concedido como proporção da população. Já a segunda variável indica que, quanto maior a participação de uma determinada região no crédito total concedido, tudo mais constante, maior será a oferta de crédito nesta região⁸.

Para mensurar as variáveis que medem o desempenho econômico, o trabalho utiliza-se de variáveis como: emprego formal, emprego formal industrial, PIB per capita regional. Visto que, quanto maior for a variação positiva no nível de emprego formal e no emprego formal industrial, tudo mais constante, maior será a renda agregada, e, por conseguinte, maior será a variação positiva do produto no espaço de tempo analisado. Neste íterim, quanto maior for o PIB per capita regional, tudo mais constante, maior será o grau de crescimento de uma determinada região.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A tabela 3.1 mostra que houve um expressivo aumento do número de bancos entre 1990 e 2006. Esse aumento no número de agências, não se traduziu em uma ampliação homogênea entre as regiões, pois ao longo deste período o aumento das instituições financeiras foi de 26,12% no Sudeste, sendo que no Nordeste e Norte este aumento foi de -0,2% e 8,5% respectivamente. Afirma-se que o processo de reestruturação financeira na década de 1990 determinou uma tendência à concentração das agências na região Sudeste. Deste modo, verifica-se que a relação população/agência cresceu ao longo deste período nas regiões Norte e Nordeste, e se manteve relativamente constante nas regiões Sudeste e Sul – Gráfico 3.

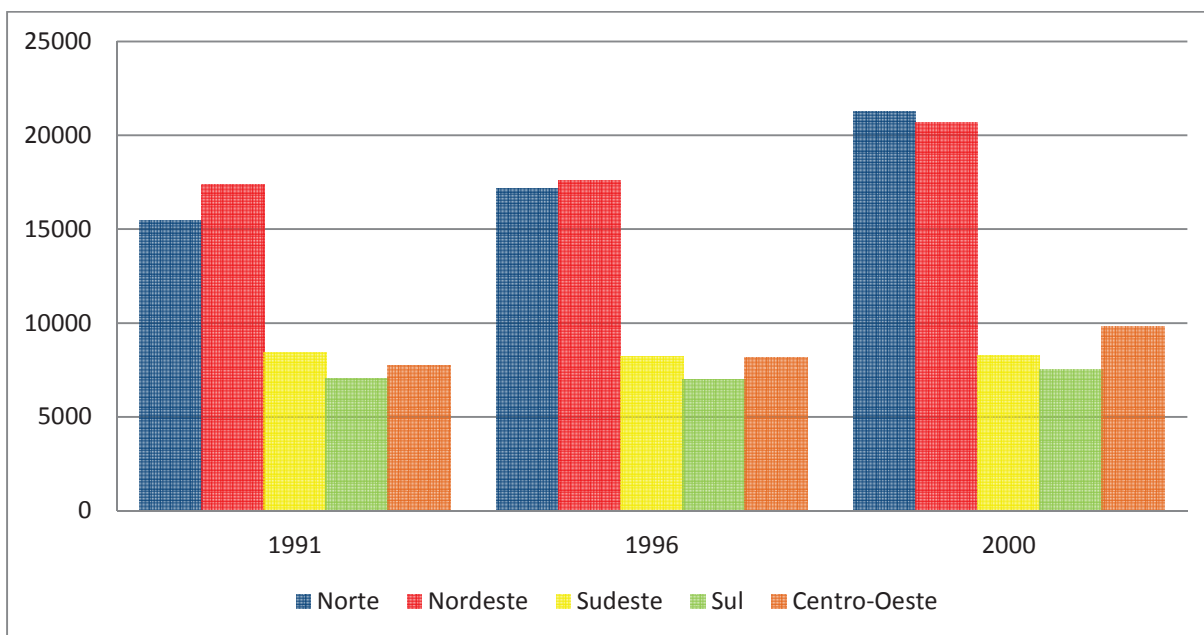
⁸ Obs.: Outras variáveis como variação no número de agências, variação populacional, razão entre operações de crédito e depósitos à vista, serviram como complemento para dar desfecho as conclusões do trabalho.

TABELA 3.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS POR REGIÃO E DA PARTICIPAÇÃO (%) DAS REGIÕES NO NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS TOTAL

1990-2006

Região/ Ano	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Brasil
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número
1990	1.169	7,89	2.556	17,26	634	4,28	7.391	49,91	3.059	20,66	14.808
1991	1.220	8,19	2.499	16,77	649	4,35	7.382	49,54	3.152	21,15	14.901
1992	1.231	8,19	2.474	16,47	647	4,31	7.468	49,71	3.201	21,31	15.021
1993	1.235	8,16	2.486	16,43	642	4,24	7.543	49,85	3.225	21,32	15.132
1994	1.252	8,16	2.481	16,17	647	4,22	7.711	50,26	3.252	21,19	15.343
1995	1.402	8,21	2.758	16,16	695	4,07	8.568	50,19	3.648	21,37	17.070
1996	1.291	8,07	2.548	15,93	659	4,12	8.133	50,85	3.365	21,04	15.994
1997	1.288	7,97	2.519	15,58	634	3,92	8.360	51,70	3.371	20,84	16.172
1998	1.193	7,56	2.346	14,87	574	3,64	8.339	52,86	3.323	21,07	15.775
1999	1.173	7,43	2.289	14,51	549	3,48	8.453	53,57	3.316	21,01	15.780
2000	1.184	7,35	2.308	14,33	547	3,40	8.727	54,20	3.336	20,72	16.101
2001	1.211	7,29	2.361	14,20	556	3,35	9.095	54,71	3.401	20,46	16.624
2002	1.240	7,34	2.378	14,08	571	3,38	9.279	54,95	3.419	20,24	16.887
2003	1.266	7,47	2.373	14,01	581	3,43	9.297	54,88	3.425	20,22	16.942
2004	1.283	7,51	2.466	14,44	627	3,67	9.261	54,22	3.443	20,16	17.081
2005	1.320	7,71	2.522	14,73	660	3,85	9.104	53,18	3.512	20,52	17.117
2006	1.338	7,66	2.551	14,60	688	3,94	9.322	53,37	3.570	20,43	17.468

Fonte: Crocco et al (2009) *apud* Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe) – CEDEPLAR.

GRÁFICO 3.1- POPULAÇÃO/AGÊNCIAS

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

Além disso, dados da tabela 3.2 confirmam a elevada concentração do crédito na região Sudeste. Pois ao longo do período de 1994 a 2006, a participação do Sudeste na concessão de crédito total concedido aumentou de 62,5% para 70,2%, ou seja, 7,7 pontos percentuais. Já com relação às demais regiões, apenas as regiões Sul e Norte tiveram ampliação em suas participações, sendo que estas ampliações podem ser consideradas de mínima expressão ao serem comparadas com a região Sudeste – 0,9% a região Sul e 0,3% a região Norte.

TABELA 3.2 PARTICIPAÇÃO EM % DAS REGIÕES NO CRÉDITO TOTAL CONCEDIDO, BRASIL: 1994-2006

Região	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Centro-Oeste	13,5	10,4	7,2	11,9	11,6	13,1	11,9	10,6	7,9	8,9	8,5	9,1	8,7
Nordeste	10,3	10,0	7,2	9,7	8,6	8,6	8,2	7,1	5,8	6,0	6,2	6,1	6,1
Norte	1,3	1,2	8,8	2,9	2,8	1,5	1,3	1,2	1,1	1,2	1,4	1,5	1,6
Sudeste	62,5	62,4	64,9	64,8	64,7	64,6	66,8	70,1	74,3	72,0	70,8	70,1	70,2
Sul	12,4	16,1	12,0	10,8	12,2	12,3	11,7	11,0	10,9	12,0	13,1	13,3	13,3
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: De Paula & De Freitas (2010).

Com base na tabela 3.3, verifica-se outro índice de concentração do crédito entre as regiões, onde este esboça a relação Operação de crédito/Depósitos à vista. Embora os dados não apresentem consonância com a teoria pós-keynesiana, ou seja, na maior parte do período estudado esta relação apresenta caráter favorável às regiões periféricas, proponentes desta teoria argumentam que há meios de explicar essa contradição. Amado (1996) imputa essa contradição aos seguintes fatores, (i) baixo número de agências nas regiões periféricas, o que torna difícil a captação de depósitos; (ii) elevada preferência pela liquidez – alto grau de retenção monetária; (iii) grande nível de informalidade nos mercados econômicos, o que reduz a possibilidade de captar recursos (depósitos); (iv) Presença de bancos públicos – exemplo banco do Nordeste⁹; (v) tendência dos redepósitos das regiões periféricas, dirigirem-se às regiões Centrais, ou seja, há uma forma de captação nas regiões periféricas, mas esta captação se dirige às regiões centrais através de vazamentos.

Como argumentado por Dow (1987), as regiões periféricas não têm necessariamente uma menor representatividade no mercado de crédito, mas sim uma instabilidade maior. Esse fato pode ser observado através dos desvios padrões das análises. Ao identificar um desvio padrão maior em uma região em relação às outras, conclui que nesta região há uma maior variabilidade na sua dinâmica financeira. Estas características podem ser bem observadas em nossa análise nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil, onde a relação operações de crédito e

⁹ A autora menciona a possibilidade de haver distorções, pois, apesar de o Banco do Brasil captar em várias regiões, mas a contabilidade deste depósito é contabilizada em Brasília, o que aumenta a participação do Distrito Federal na captação de recursos (Cavalcante, 2006).

depósitos à vista caíram de 1,47 e 1,51 em 1994 para 0,60 e 0,63 em 2003, respectivamente. Não obstante, na região Sudeste esta relação passou de 0,92 em 1994, para 0,69 em 2003, ou seja, depois da reestruturação financeira, verifica-se uma elevada variabilidade deste índice nas regiões Norte e Nordeste, e baixa variabilidade na região Sudeste.

TABELA 3.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO / DEPÓSITOS À VISTA, REGIÕES, 1988-2003

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1988	1,83	1,97	1,20	1,46	2,92	1,42
1989	1,76	1,46	0,90	0,91	1,11	0,95
1990	1,66	2,52	1,60	1,92	2,84	1,80
1991	2,15	2,22	1,59	2,09	2,62	1,79
1992	2,02	1,63	1,16	2,04	2,40	1,37
1993	2,24	1,57	1,09	1,82	2,54	1,27
1994	1,47	1,51	0,92	1,41	0,83	1,00
1995	0,94	1,72	0,72	1,14	0,70	0,82
1996	2,90	0,69	0,73	1,18	0,78	0,79
1997	1,15	1,25	0,59	0,90	0,88	0,70
1998	1,15	1,05	0,70	0,82	0,86	0,77
1999	0,78	0,99	0,74	0,95	0,91	0,80
2000	0,73	0,89	0,74	0,95	0,82	0,78
2001	0,56	0,57	0,74	0,76	0,46	0,60
2002	0,46	0,54	0,71	0,69	0,31	0,63
2003	0,60	0,63	0,69	0,74	0,31	0,62
Média	1,40	1,33	0,93	1,24	1,33	1,01
Desvio padrão	0,72	0,60	0,32	0,49	0,96	0,39

Fonte: Cavalcante *apud* Sisbacen (2006).

Variações nas operações de crédito nas regiões periféricas são devidas ao elevado grau de incerteza contido nestas economias. No limite, estas incertezas se manifestam através de aumento da preferência pela liquidez e dos vazamentos de depósitos para outras regiões. As tabelas 3.4 e 3.5 confirmam bem estes argumentos. Pois, no decorrer do período de 1994 a 2006, verifica-se uma ampliação na preferência pela liquidez dos bancos nas regiões Norte e Nordeste, em comparação à região Sudeste, principalmente a partir de 2000 – período de turbulência na economia do país e na economia mundial. Destarte, os vazamentos de

depósitos para o Sudeste começam a se ampliar no mesmo período. Na busca de um ambiente mais seguro, os bancos nacionais possivelmente passaram a fazer políticas de concessão de crédito mais cautelosas no Norte e no Nordeste, repassando assim uma parcela maior do quantum de recursos captado para a região Sudeste. Neste ínterim, aumentando a participação da região Sudeste no crédito total concedido – tabela 3.2.

TABELA 3.4 PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DOS BANCOS (PLB) NAS REGIÕES BRASILEIRAS

Ano	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Norte	Brasil
1994	0,13	0,09	0,10	0,09	0,35	0,10
1995	0,09	0,08	0,07	0,06	0,29	0,08
1996	0,10	0,06	0,06	0,10	0,07	0,06
1997	0,11	0,12	0,12	0,09	0,23	0,12
1998	0,16	0,1	0,11	0,08	0,23	0,11
1999	0,17	0,12	0,14	0,09	0,31	0,13
2000	0,21	0,13	0,16	0,12	0,37	0,14
2001	0,34	0,12	0,20	0,17	0,52	0,15
2002	0,36	0,15	0,24	0,23	0,63	0,19
2003	0,32	0,15	0,21	0,26	0,48	0,18
2004	0,32	0,16	0,20	0,20	0,47	0,18
2005	0,32	0,15	0,19	0,24	0,45	0,18
2006	0,33	0,16	0,19	0,21	0,43	0,18
2007	0,34	0,17	0,21	0,21	0,47	0,19
2008	0,27	0,1	0,14	0,16	0,35	0,12
2009	0,24	0,11	0,13	0,14	0,31	0,11
2010	0,21	0,11	0,14	0,10	0,31	0,12

Fonte: Ferreira Jr & Sorgato, [entre 2008 e 2011].

TABELA 3.5 ÍNDICES DE VAZAMENTO DE DEPÓSITO 1994/2010

	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte
1994	0,0221	-0,0656	0,0199	0,0226	0,0010
1995	0,0366	-0,0550	0,0365	-0,0157	-0,0023
1996	-0,0526	0,0152	0,0127	0,0034	0,0212
1997	0,0492	-0,0622	0,0117	-0,0012	0,0025
1998	0,0060	-0,0491	0,0056	0,0361	0,0013
1999	0,0013	-0,0182	-0,0088	0,0315	-0,0058
2000	-0,0125	0,0000	-0,0181	0,0399	-0,0093
2001	-0,0414	0,0637	-0,0254	0,0135	-0,0104
2002	-0,0376	0,0709	-0,0265	0,0018	-0,0087
2003	-0,0312	0,0526	-0,0150	0,0001	-0,0064
2004	-0,0256	0,0273	-0,0024	0,0049	-0,0043
2005	-0,0265	0,0413	-0,0076	-0,0037	-0,0035
2006	-0,0275	0,0553	-0,0106	-0,0142	-0,0030
2007	-0,0352	0,0861	-0,0249	-0,0201	-0,0059
2008	-0,0365	0,0586	-0,0153	-0,0004	-0,0064
2009	-0,0241	0,0209	-0,0132	0,0194	-0,0027
2010	-0,0238	0,0100	-0,0144	0,0318	-0,0036

Fonte: Ferreira Jr & Sorgato, [entre 2008 e 2011].

Apesar dos dados financeiros corroborarem a tese de que possa haver uma tendência à ampliação da disparidade de crescimento entre as Macrorregiões do Brasil, os dados de variáveis importantes como PIB per capita regional e nível de emprego formal na indústria não confirmam esta tese, e mostram uma sensível tendência à convergência no crescimento econômico entre as regiões. Na tabela 3.6 verifica-se esta tendência, apesar de ao longo do período de 1996 a 2006, o PIB per capita teve uma variação menor na região Norte em comparação com a região Sudeste, não obstante as demais regiões obtiveram variações maiores no PIB per capita em comparação com a mesma. Essa tendência à convergência se amplia principalmente a partir do ano de 2002. Mesmo a região Norte que obteve perdas de PIB per capita no período de 1996 a 2002, no momento que se segue ao ano de 2002, esta começa a ter consideráveis ganhos no nível de PIB per capita.

TABELA 3.6 PIB PER CAPITA REGIONAL – 1995 A 2008 – EM R\$2000 (MIL)

	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1995	5,51	3,92	2,76	7,38	8,46
1996	5,66	3,94	2,90	7,56	8,50
1997	5,92	3,81	2,95	7,61	8,78
1998	6,40	3,81	2,94	7,49	8,66
1999	5,78	3,60	2,85	7,35	8,37
2000	6,50	3,87	3,00	7,65	8,71
2001	6,59	3,91	2,97	7,64	8,48
2002	8,77	4,19	3,23	7,98	9,25
2003	8,93	4,22	3,18	8,35	9,07
2004	9,35	4,51	3,31	8,56	9,46
2005	9,20	4,56	3,47	8,32	9,75
2006	9,23	4,74	3,58	8,40	10,04
2007	10,21	5,23	3,86	9,48	11,03
2008	10,55	5,29	3,88	9,45	10,96

Gonçalves et al (2011).

A mesma trajetória segue o nível de emprego formal apontado pelas tabelas 3.7 e 3.8, referente ao período que compreende os anos de 1995 a 2005. Apesar de todas as regiões obterem variações menores em termo absoluto que a região Sudeste, não obstante estas regiões obtiveram variações maiores em termo percentual em relação à mesma. Para confirmar este fato, basta comparar as tabelas 3.7 e 3.9. Portanto, verifica-se que nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, a variação do emprego formal foi maior que a variação do crescimento da população. Visto que na região Sudeste, apesar desta variação no emprego formal foi maior que a variação do crescimento da população, teve em caráter de comparação quando comparado com as outras regiões. Não obstante, o índice que mede o emprego formal na indústria – uma das principais variáveis para medir o crescimento regional – seguiu o mesmo caminho, o que aproximou as regiões periféricas das regiões centrais na criação de emprego neste setor – tabela 3.10.

TABELA 3.7- VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL 1995 – 2005

Ano/Cresc/Var./ (%)	1995	1999	2005	Cresc. 1995- 1999	Var. 1995- 1999	Cresc. 1999-2005	Var. 1999-2005	Cresc 1995-2005
Norte	910.152	1.132.143	1.650.837	13,4	0,3	59,9	0,84	81,4
Nordeste	3.854.070	4.181.752	5.808.590	8,5	0,50	38,9	0,74	50,7
Sudeste	13.253.259	13.456.591	17.201.452	1,5	-1,97	27,8	-2,09	29,8
Sul	4.100.397	4.407.954	5.831.790	7,5	0,37	32,3	-0,09	42,2
Centro-Oeste	1.627.908	1.914.612	2.745.948	17,6	0,81	43,4	0,60	42,2
Brasil	23.745.786	24.993.052	33.238.617	5,3	-	33	-	40,0

Fonte: Ramos *apud* TEM/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005 (2007).

Obs. Var.=Variação na participação total e Cresc.=Variação no crescimento interno.

TABELA 3.8- EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL 1995 a 2004

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Norte	910.152	927.630	953.667	1.00.776	1.032.143	1.094.365	1.161.780	1.296.597	1.379.761	1.529.195
Nordest	3.854.070	3.894.643	3.915.451	4.059.894	4.181.752	4.374.850	4.555.019	4.859.397	5.095.390	5.394.730
Sudeste	13.253.259	13.226.774	13.254.636	13.276.634	13.456.591	14.042.822	14.437.616	15.128.474	15.396.672	16.259.719
Sul	4.100.397	4.090.474	4.230.918	4.291.365	4.407.954	4.625.153	4.859.793	5.075.659	5.256.600	5.632.349
Centro-Oeste	1.627.908	1.643.786	1.745.992	1.852.536	1.914.612	2.091.439	2.175.406	2.323.786	2.416.504	2.591.583

Fonte: Ramos *apud* TEM/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005 (2007).

TABELA 3.9- CRESCIMENTO E VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS ENTRE 1996 E 2007

Região	1996	2000	2007	Variação percentual entre 1996 a 2007
Região Centro-oeste	10,500,579	11,636,728	13,222,854	25%
Região Norte	11,288,259	12,900,704	14,623,316	29,5%
Região Nordeste	44,766,851	47,741,711	51,534,406	15,1%
Região Sul	23,513,736	25,107,616	26,733,595	13,6%
Região Sudeste	67,000,738	72,412,411	77,873,120	16,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

TABELA 3.10- VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA 1995 – 2005

Ano/Cresc/Var./ (%)	1995	1999	2005	Cresc. 1995-1999	Var. 1995-1999	Cresc. 1999-2005	Var. 1999-2005	Cresc. 1995-2005
Norte	122.933	127.832	231.219	4,0	0,27	80,9	0,99	88,1
Nordeste	530.917	537.174	777.141	1,2	0,83	44,7	1,00	46,4
Sudeste	2.994.177	2.601.572	3.246.336	-13,1	-4,63	24,8	-3,58	8,4
Sul	1.109.832	1.157.959	1.594.507	4,3	2,49	37,7	0,85	43,7
Centro-Oeste	139.543	179.345	284.259	28,5	1,05	58,5	0,74	103,7
Brasil	4.897.402	4.603.882	6.133.461	-6,0	-	33,2	-	25,2

Fonte: Ramos *apud* TEM/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005 (2007).

Obs. Var.=Variação na participação total e Cresc.=Variação no crescimento.

Assim sendo, este capítulo destinou-se à definição e à análise das variáveis que condicionam o exame deste trabalho. Ao longo do período enfocado, os dados financeiros apresentaram uma concentração bancária na região Sudeste, não obstante, os dados que medem o desempenho econômico das regiões mostram uma suave tendência à convergência do crescimento entre estas.

4 CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou analisar a produção teórica sobre finanças regionais e discutir o caso brasileiro no período que se estende de meados da década de 1990 até o ano de 2006. Neste ínterim, o trabalho apresentou evidências que mostram que a partir da década de 1990, e ao longo dos anos que prosseguiram até 2006, houve uma expressiva concentração do crédito na região central do país – Sudeste. Esta afirmativa é corroborada através de dados que mostram a concentração das instituições bancárias na região Sudeste ao longo dos anos, e aumento da participação da mesma no crédito total concedido – tabelas 3.1 e 3.2 respectivamente.

Esses eventos, provavelmente podem ser explicados a partir da reestruturação bancária iniciada em 1995. Com o PROER, a adequação do SFB ao modelo internacional, fez com que inúmeras agências ineficientes perdessem competitividade no mercado financeiro, formando um Sistema Financeiro oligopolizado. Destarte, como as regiões menos desenvolvidas têm elevada restrição econômica – baixa demanda agregada, e o período analisado é um período que contém inúmeras crises econômicas tanto na economia brasileira como na economia mundial – raramente estas regiões conseguem atrair grandes agências em períodos de instabilidade para se instalarem em seu território, ou praticarem políticas mais agressivas de concessão de crédito.

O trabalho também confere uma elevada instabilidade nas regiões menos desenvolvidas, pois, como mostrado na tabela 3.3, o índice de operações de crédito/depósitos à vista tem uma elevada queda até o ano de 2003 nestas regiões – saindo de 1,47 e 1,51 em 1994 para 0,60 e 0,63 em 2003 nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente. Na região Sudeste, este índice sai de 0,92 em 1994 para 0,69 em 2003. O mesmo curso segue o índice que mede a preferência pela liquidez dos bancos, onde este apresentou expressivo aumento nas regiões menos desenvolvidas – Saindo de 0,10 e 0,07 em 1996 para 0,33 e 0,43 em 2006 nas regiões Nordeste e Norte, respectivamente. Já a região Sudeste apresentou uma variação menor neste índice ao longo do mesmo período – Passando 0,06 em 1996 para 0,16 em 2006 –, em que pese esta já apresentar índices menores nos anos pré 1996 – tabela 3.4.

Uma das hipóteses plausíveis para explicar esta variação negativa nos índices de instabilidade das regiões menos desenvolvidas é conjuntura da economia mundial no período estudado. Ao longo do período que se segue pós-1994 até 2006 houve inúmeras crises financeiras – crise do

México, crise Asiática, crise Russa e a bolha financeira de 2000. Como regiões menos desenvolvidas têm baixa demanda agregada e dependem, em sua grande maioria, das exportações, ao estourarem as crises, os bancos possivelmente passaram a fazer políticas mais cautelosas nestas regiões, restringindo as operações de crédito e elevando bruscamente o índice de preferência pela liquidez.

No que tange às variáveis que medem o desempenho econômico, verifica-se uma tímida convergência de crescimento destas variáveis entre as regiões ao longo do período. Este fato não corrobora a teoria econômica adotada. Como este período é marcado por uma ampliação das políticas de transferência de renda do governo e relativos gastos em infraestrutura, pressupõe-se que estas políticas tenham inibido o aumento da disparidade entre as regiões. A explicação destas condições parte do fato de as regiões menos desenvolvidas apresentarem características mais condizentes com as necessidades exigidas pelos programas, pois os baixos níveis de renda observados nas regiões Norte e Nordeste as capacitam a deterem parcelas relativamente maiores nos programas de transferência de renda – vale gás, bolsa família, seguros aos produtores rurais etc. – em detrimento às outras regiões. Não obstante, o crônico problema da estiagem no Nordeste faz com que o Governo amplie os repasses direcionados ao investimento em infraestrutura – programas de irrigação, perfuração de poços etc.. A partir desta tese, argumenta-se que os programas de transferência de renda e os programas de investimentos diretos podem ser a causa do aumento do PIB per capita e do número de empregos formais gerados nas regiões menos desenvolvidas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de P.; CARNEIRO, D. D; FRANCO, G. H.B; do LAGO, A. C; FRITSCH, W; ORENSTEIN, L; MODIANO, E. M; RESENDE, A. L; NETO, D. M. de P; SOCHACZEWSKI, A. C; VIANNA, S. B. **A Ordem do Progresso: 100 anos de Política Econômica na República**. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

ALÉM, A. C; AVERBUG, A; PINHIRO, A. C; E SILVA, C. S; PUGA, F. P; RIGOLON, F; GOSTKORZEWICZ, J; PIRE, J. C .L; JUNIOR, L. V; IKEDA, M; PICCININI, M. S; FILHO, N. S; NAJBERG, S. **A economia brasileira nos anos 90/ organizadores Fabio Giambiagi, Maurício Mesquita Moreira**. 1. Ed.- Rio de Janeiro: BNDS, 1999. \$88p. IL.; 23cm.

AMADO, A. M. **A Questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 24., Águas de Lindóia, São Paulo, 1996. **Anais...** Águas de Lindóia: ANPEC, 1996. 2 CDROM.

AMADO, A; MARINHO, A; MODENESI, A; SACHES, E; DE CARVALHO, F. C; DIMSKY, G; DA SILVA, G. J. C; DE FARIA, J. A; OREIRO, J. L; CROCCO, M; DE PAULA, L. F. R; PIRES, M. C. DE CASTRO; MENEZES, M; LEAL, R. M; SOBREIRA, R. **Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus / Elsevier, 2007. 311p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em:< <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: julho de 2011.

BASTOS, S. Q. A. ; Araujo, Rodolfo Fernandes . **CONCENTRAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO EM MINAS GERAIS: Uma análise para as microrregiões no período 2004 a 2006**. In: VIII ENABER, 2010, Juiz de Fora. VIII Encontro Nacional da associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2010.

CARVALHO, F. J. C. de; SOUZA, F. E. P. de; SICSÚ, J; PAULA, L. F. R. de; STUDART, R.(2000) *Economia Monetária e Financeira*. Rio de Janeiro: Editora Campus / Elsevier, 2007. 385p. (Edição Economia Monetária e Financeira, v.2).

CAVALCANTE, L. R. M. T. (2006). **Sistema Financeiro no Brasil: aspectos regionais**. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória (ES). Anais. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/41_a5d0151efebbf90637be3eaf4ed0a614.pdf. Acesso em: 17/11/2011.

CAVALHEIRO, N. *A Política Monetária no Brasil pós-Real. Pesquisa & Debate*, São Paulo, volume 13, n. 1(21), 2002. Disponível em: [http://www4.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(21\)nelson_carvalho.pdf](http://www4.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(21)nelson_carvalho.pdf). Acesso em: 07/06/2010.

CORDEIRO, T. G. *O Sistema Financeiro Brasileiro: Evolução do Crédito no Brasil pós Plano Real*. 2007. Monografia - Fundação Armando Álvares Penteado, 2007. Disponível em: http://www.fAAP.br/faculdades/economia/pdf/monografias/Tiago_cordeiro.pdf. Acesso em: 29/04/2010.

CROCCO, M. A ; FIGUEIREDO, A. T. L. . Estratégias bancárias diferenciadas no território: uma análise exploratória.. In: I Encontro Internacional da Associação Brasileira Keynesiana, 2008, Campinas. Anais do I Encontro Internacional da Associação Brasileira Keynesiana, 2008. Disponível em: <http://mirage.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20345.pdf>. Acesso em: 13/11/2011.

CROCCO, M. A. **Financiamento do Desenvolvimento Regional no Brasil**: Diagnósticos e Propostas, In: Sicsú, J.; Paula, L. F. (orgs), *Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços*, Rio de Janeiro: Editora Manole, 2003.

DE PAULA, L. F. R.; ALVES Jr., A. J.; MARQUES, M. B. L. *Ajuste patrimonial e padrão de Rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98)*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v31, n.2, p.285-319, abr./jun. 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/estecon/index.php/estecon/article/viewFile/467/178>. Acesso em: 23/06/2010.

DE PAULA, L. F. R; De FREITAS, A. P. G. **Concentração Regional do Crédito e Consolidação Bancária no Brasil**: Uma Análise Pós-Real. *Economia*, Brasília(DF), v.11, n.1, p.97–123, jan/abr 2010.

DE PAULA, T. H. **Instabilidade financeira no espaço**: uma abordagem monetária da dinâmica econômica regional Belo Horizonte. 2008. 167 f. Tese (Doutorado em economia) – Centro de Desenvolvimento e planejamento Regional de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DILLARD, DUDLEY. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. 5 ed. São Paulo: pioneira, 1986.

DOW, S.C.. *The Regional Composition of the Bank Multiplier Process*. In: Dow, S.C. (ed.), **Money and Economic Process**. Aldershot: Eglar, 1982.

DOW, S.C.. The Treatment of Money in Regional Economics. In: DOW, S.C. (ed.), **Money and Economic Process**. Aldershot: Eglar, 1987.

FERREIRA JUNIOR, R.R; SORGATO, L. A. A . **Vazamento de Depósitos no Nordeste: Uma Análise Pós-keynesiana**. [entre 2008 e 2011].. Disponível:

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2011/docs/2011_vazamento_depositos.pdf. Acesso em: 08/09/2011.

FREITAS, M. C. P. *Moeda Endógena e Passividade Bancária: uma análise crítica da abordagem "Horizontalista" e da teoria do circuito monetário*. *Revista de Economia Política*, v.

19, n.4 (76), out./dez. 1999. <http://www.rep.org.br/pdf/78-10.pdf>. Acessado em: 23/06/2010.

FROYEN, R. T. *Macroeconomia*/Richard T Froyen; Tradução de Esther E. H. Herskovitz; Cecilia C. Bartalotti; revisão técnica de Roland Veras Saldanha Jr.- São Paulo: Saraiva, 2002.

GONÇALVES, v. E; MOSER, A. C; THEIS, I. M. *Assimetrias do Desenvolvimento Brasileiro Recente: Ciência, Tecnologia e Desigualdades Sócio-espaciais*. Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC), Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Economia%20industrial,%20ciência,%20tecnologia%20e%20inovação/ASSIMETRIAS%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20BRASILEIRO%20RECENTE.pdf. Acesso em: 29/11/2011.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LOPES J.C.; ROSSETTI, J.P. 2002. *Economia monetária*. 8ª ed., São Paulo, Atlas, p.494.

NETO, M. H; SELIG. P. M; MASIH. R.- *Avaliação da reorganização do Sistema Financeiro do Brasil: um estudo com base no modelo contexto, conteúdo e progresso*, de Andrew Pettigrew. In: XXI Encontro Nacional de Engenharia e Produção, 2001, Salvador. *Anais eletrônicos...* Salvador: ENEGEP, 2001. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR71_0915.pdf. Acesso em: 20/04/2010.

OLIVEIRA, G. C. de. *O componente "custo de oportunidade" do spread bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana*. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia. *Sociedade Brasileira de Economia Política*. Disponível em: < http://www.sep.org.br/arquivos/s_nove/14_oliveira.zip> Acesso em: 29/04/2010.

OREIRO, J. L. *Preferência pela liquidez, racionamento de crédito e concentração bancária: uma nova teoria pós-keynesiana da firma bancária*. In: VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003, Florianópolis. *Sociedade Brasileira de Economia Política*. Disponível em: http://www.sep.org.br/arquivos/s_oito/23_OREIRO.zip Acesso em: 29/04/2010.

RAMOS, L. Evolução e realocação espacial do emprego formal – 1995 – 2005. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.89- 112, junho 2007.

ROMERO, J. P. *Os impactos do crédito no Desenvolvimento Regional: Uma análise dos diferentes tipos de banco que Integram o Sistema Financeiro Brasileiro*. In: XIII Encontro Regional de Economia do Nordeste, 2008, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Recife: ANPEC, 2008. Disponível em http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/osimpactos_do_credito.pdf Acesso em: 29/04/2009.

SERRANO, F. *A Política Monetária e a Abordagem da Taxa de Juros Exógena*. 2002. IE-UFRJ. Rio de Janeiro, 2002. Não publicado.

SOARES, R. P. (2001) “Evolução do Crédito de 1994 a 1999: Uma Explicação”. *Textos para Discussão IPEA*, no. 808, julho. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 29/04/2010.

TRICHES, D; POLHMANN, É. D. *Análise do desempenho da política monetária no Brasil após o Plano Real. Perspectivas Econômicas*, v.4, n. 2:22-43, São Leopoldo/RS, Jul/Dez 2008. Disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/80.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2010.